



Reunião de 12/07/2017

ATA N.º 20/2017

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
NELAS, REALIZADA EM DOZE DE JULHO DE DOIS MIL E
DEZASSETE**

---- Aos **doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, em reunião ordinária, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 395.598,22 € (trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e noventa e oito euros e vinte e dois centimos); - De operações não orçamentais: 140.459,96 € (cento e quarenta mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e noventa e seis centimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas do dia 12 de julho de 2017. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: total de disponibilidades: 536.058,18 € (quinhentos e trinta e seis mil cinquenta e oito euros e dezoito centimos), sendo de Operações não Orçamentais: 140.459,96 € (cento e quarenta mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e noventa e seis centimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara perguntou: Algum dos Srs. vereadores se quer inscrever? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Bom dia. Muito obrigado pela cedência da palavra. E tinha aqui alguns assuntos importantes da vida do nosso concelho que gostava de ver esclarecidos. Foi-me dito por alguns pais que o Centro Escolar está com um problema de turmas, por falta de alunos corre sérios riscos de deixar efectuar três turmas. Sr. presidente da câmara, pelas condições que já demonstrou das suas boas relações com a DREC, eu pedia-lhe a sua intervenção no sentido de sensibilizar o director regional ou a directora regional ou lá quem é, que neste momento não domino, para que tivesse em consideração as três turmas, que mantivesse as três turmas no Centro Escolar. Sr. presidente da câmara, eu estou a reparar que continuam pessoas em situação precária na câmara municipal. Eu solicitei a Vossa Excelência por várias vezes e continuei a solicitar por escrito por várias vezes que trouxesse aqui à reunião de câmara o mapa de pessoal sem aquelas promoções que Vossa Excelência quis fazer de pessoas que ganhavam mil e trezentos euros



Reunião de 12/07/2017

passariam a ganhar três mil, daquelas que ganhavam setecentos, passariam a ganhar mil e quatrocentos, Sr. presidente da câmara, era oportuno, até porque sei que há pessoas que estão aí, que estiveram contratados pela ADECCO, que estão numa situação de desemprego e era oportuno resolvermos esta situação de precariedade. É óbvio que ainda não foi extensivo às autarquias locais o que o governo está a fazer, mas penso que estaremos no bom caminho. Sr. presidente da câmara, eu de facto, quando foi a transferência, a alteração orçamental, eu pus em causa o valor que estava aqui a reservar, digamos assim, ou a cabimentar para efeitos do Programa de Férias em Acção. Tive o cuidado de somar do ano anterior e que se totalizou contudo – contudo – vinte e dois mil quinhentos e oitenta e cinco euros. Certo é que o Sr. presidente da câmara afirmou aqui na última reunião que iria gastar trinta e cinco mil euros nessa vertente autárquica. A pergunta que eu faço, concreta e objectiva, ao Sr. presidente da câmara, é a seguinte: em que é que alterou, em que é que alterou o serviço do Programa Férias em Acção para este ano irmos gastar mais treze mil euros? Sr. presidente, eu tive o cuidado e estou atento e preocupado, aliás, preocupa-me todas as questões relativas às infra-estruturas do nosso concelho, às instituições do nosso concelho, e recordo que Vossa Excelência no dia dezasseis de Maio de dois mil e dezasseis mandou publicitar isto nos jornais, que dizia “O Tribunal de Nelas poderá recuperar competências” e dizia que o edil explicou que o governo tem programadas extinções de secções e o regresso aos tribunais com todas as competências podendo, no caso de Nelas, abranger novamente o crime, famílias, insolvências, entre outras. Sr. presidente da câmara, triste, triste, fiquei triste. Aliás, eu tenho dias de tristeza quando estou nesta câmara, mas tenho dias de alegria quando estou cá e quando consigo demonstrar às populações do meu concelho as verdades. E de facto, Sr. presidente da câmara, é que no movimento de juízes – no movimento de juízes – Sr. presidente, agregaram Nelas ao Sátão e temos uma juiz que passará a estar dois dias em Nelas e dois dias ou três dias no Sátão ou vice-versa. O Sr. presidente da câmara é um operador da justiça, o Sr. presidente da câmara sabe o que é que isto prejudica as populações. Aliás, travámos um combate, essencialmente eu travei um grande combate para que o Tribunal de Nelas não tivesse encerrado porque era a vontade do governo do PSD e do CDS. É um facto. Travámos uma grande, eu essencialmente travei uma grande batalha e servi-me de um parecer do Conselho Superior da Magistratura para que o Tribunal de Nelas se mantivesse. E hoje, Sr. presidente da câmara, quando em dois mil e dezasseis, nos jornais, em parangonas grandes, dizia que o tribunal ia recuperar as suas competências, vejo hoje que o Tribunal de Nelas perdeu muito, muito, muito, muito na justiça. O tribunal do meu concelho perdeu muito, muito na justiça. A justiça quer-se célere, o mais célere possível para acautelar graves problemas nas famílias e na sociedade. E de facto, agora temos uma Juiz, uma Sra. Juiz que vem para Nelas, que vai acumular com Nelas e Sátão, o que quer dizer que isto é de certeza uma forma encapotada de encerrar o tribunal. Não condeno aqui o partido socialista, Sr. presidente da câmara. Não condeno, porque isto já vem, de facto, isto vem, de facto, do anterior governo PSD/CDS. A questão que eu levanto e é objectiva também, Sr. presidente da câmara, o que é que o senhor fez para que o Tribunal de Nelas mantivesse um juiz a tempo inteiro, o que vai deixar de ter? Isto para mim, Sr. presidente da câmara, de facto, foi mais uma balela que o senhor impingiu às nossas populações. Impingiu às nossas populações exactamente quando dizia aos autarcas na Assembleia da República em defesa da restauração das freguesias de Aguieira e de Moreira, quando Vossa Excelência sabia que o projecto ou estava chumbado já ou iria chumbar. Vossa



Reunião de 12/07/2017

Excelência disse que ia concretizar o Museu do Vinho em Santar, insultou os vereadores em Santar quando foi o aniversário, onde eu tive que sair em defesa, talvez menos correcto, mas porque sou um homem de palavra, sou um homem de verdade, menos correcto, eu disse “O Sr. presidente da câmara está a mentir” e de facto, o Sr. presidente da câmara nos jornais disse que era uma verdade o museu. Não é, Sr. presidente da câmara. Não é. Vossa Excelência levou os incautos, estes senhores de bom coração, de grande verdade, à Assembleia da República dizer que a área social de Senhorim, Carvalhal Redondo de Canas de Senhorim, o Sr. presidente da câmara nada fez, nada está feito e nada vai avançar. Disse Vossa Excelência que a autarquia projectou dez milhões para as zonas industriais. Sr. presidente da câmara, nem dez, nem cinco, nem seis. Diz Vossa Excelência agora que é três, mas também nada está prometido, nada está concluído. Por isso, Vossa Excelência acusou o anterior executivo, “a mentira é a palavra que melhor se aplica aos actuais responsáveis políticos”, exactamente quando eu fazia parte desse executivo. Vossa Excelência disse que ninguém acredita que vá para a política para prestar o serviço público. Ser político é sinónimo de ser vigarista, mentiroso, corrupto ou candidato. De facto, Vossa Excelência, nada fez para que isto, não fui eu que escrevi, foi o senhor, de facto o Sr. presidente da câmara nada fez para que isto mudasse. Vossa Excelência disse “A palavra que melhor se aplica aos actuais responsáveis camarários é a palavra dada sem qualquer valor.” Vossa Excelência disse que ia mobilizar, rentabilizar os recursos humanos da câmara sem discriminações. Vossa Excelência gastou nove milhões em obras e não tem uma obra para apresentar para os nossos concidadãos, feita pelos nossos trabalhadores. Vossa Excelência distribuiu a expensas da câmara municipal, este comunicado, andou pelas caixas de correio e pôs um título, de facto, “Deixem-nos trabalhar.” Sr. presidente da câmara, faça outro e diga, com um novo título “Deixem-me mentir” porque, de facto, é o que o senhor faz às populações. O Sr. presidente da câmara mente às populações. O Sr. presidente da câmara promete e não consegue cumprir rigorosamente nada. Sr. presidente da câmara, vou-lhe ler aqui uma pequena coisa que eu tenho aqui de um socialista, um homem de gestão, um homem que geriu a câmara que o senhor, a tal câmara que também estava falida, como o senhor dizia da Câmara de Nelas e diz “Mangualde, investimento de sete milhões levados a cabo pela autarquia.” E vou ler o que é que diz o Sr. presidente da câmara de Mangualde. Estou à vontade para o fazer. Para o presidente da Câmara Municipal de Mangualde, João Azevedo, trata-se do maior investimento de sempre do concelho. Esta é uma obra fundamental para a conclusão das intervenções necessárias em todas as zonas industriais de Salgueiro. Não se trata de promessas ou de intervenções que iremos fazer, que é aquilo que faz o presidente da câmara de Nelas, mas sim obra começada, obra concluída ou obra em execução. Hoje sinto uma enorme satisfação com todo o investimento que vejo no terreno porque é sinónimo claro que o planeamento que fizemos desde a saída do apoio financeiro, a Câmara de Mangualde rasgou efectivamente o apoio financeiro. A Câmara de Nelas que prometeu rasgar não rasgou o plano financeiro. Aliás, a Câmara de Nelas vergonhosamente propôs pagar trinta e oito mil euros de saneamento financeiro. Pelo que é que optou o presidente da câmara de Nelas? Fazer festas gastando quatro milhões de euros, fazer avenças aos amigos. Quando tem engenheiros excelentes, técnicos excelentes aqui nesta casa, Vossa Excelência gastou dois milhões em avenças. É essa a verdade dos factos, Sr. presidente da câmara. É isso que custa porque Mangualde é uma câmara que saiu, um presidente da câmara que saiu do endividamento e saiu, libertou, como o senhor diz, as garras



Reunião de 12/07/2017

da DGAL e as garras do governo. Ó Sr. presidente da câmara, de facto, eu começo a ficar surpreendido com a mistura entre os interesses pessoais, os interesses políticos e os interesses da autarquia. Ligaram-me da Lapa do Lobo, que andava uma carrinha destas a pôr os seus *outdoors*. A pergunta que eu lhe faço, Sr. presidente da câmara, a empresa que Vossa Excelência mandou pôr os seus *outdoors*, tem aqui contratos com a câmara municipal no valor de cem mil euros – no valor de cem mil euros – contratos no valor de cem mil euros. Está aqui. Quem quiser ver vai à página www.gov.pt e verifica. Vossa Excelência fez o último contrato de uma moto niveladora no dia dois de Abril de dois mil e dezassete no valor de catorze mil euros. Vossa Excelência, essa mesma moto niveladora que está aqui, foi reparada nas instalações da câmara municipal. Eu pergunto, Sr. presidente da câmara, que promiscuidade há entre estas reparações, entre estes contratos e entre esta colocação de infra-estruturas e de *outdoors*? Sr. presidente, de facto, temos que ter aqui uma postura diferente, Sr. presidente da câmara. Não podemos de forma alguma demonstrar que somos sérios se, de facto, a nossa condição e a nossa postura não é. Por isso diz o povo muito sabiamente “À mulher de César não basta ser séria, tem que parecê-lo.” E com estas atitudes, Sr. presidente da câmara, não estamos a demonstrar que a autarquia de Nelas está a ser séria, porque contrata pessoas, contratou, não sei, Vossa Excelência certamente me irá explicar, contrata pessoas para lhe pôr estes *outdoors* que durante “x” tempo lhe deu cem mil euros de trabalho e depois no dia catorze de Abril faz-lhe um contrato, ainda mais catorze mil euros e depois, a seguir a esse contrato, vejo a moto niveladora a ser reparada nas instalações da câmara municipal. Sr. presidente da câmara, isto merece, isto deve, isto tem que ser esclarecido. Sr. presidente da câmara, mas outra coisa que eu, de facto, fico mais preocupado é que eu mandei um *e-mail* a Vossa Excelência por causa dos *outdoors* que foram utilizados durante quatro anos pela câmara municipal. Eu tive o cuidado de lhe mandar um *e-mail* “Manuel da Conceição Marques, candidato do CDS-PP à presidência da Câmara Municipal de Nelas, vem requerer a Vossa Excelência o seguinte: Os *outdoors* instalados no nosso concelho com a sigla CMN, posteriormente pintada, anulada e inscreveram PS, foram usados durante quase quatro anos com publicidade do município, agora utilizados pela candidatura de Vossa Excelência. Assim sendo, requeiro a Vossa Excelência a calendarização para a utilização daquelas estruturas publicitárias permitindo que todas as candidaturas as possam utilizar para colocar as suas mensagens aos cidadãos do nosso concelho.” Isto foi em quatro de Julho. Vossa Excelência não respondeu. Mas como eu já, gato escaldado de água fria tem medo, eu tive o cuidado de ir a estas estruturas e tirar-lhe uma fotografia. Nestas estruturas metálicas está lá as palavras CMN – Câmara Municipal de Nelas. Nestas estruturas metálicas estavam lá os emblemas a anunciar o rally, entre outros eventos da câmara municipal. Continuamos a ver CMN – continuamos a ver CMN – e hoje qual o meu espanto, vejo a fotografia de Vossa Excelência e a sua propaganda política e vejo, Sr. presidente da câmara, o seu colaborador mais directo, ter pintado as palavras CMN e colocado aqui partido socialista. Sr. presidente, em que ficamos? De quem são as legislaturas? São suas? São do PS ou são, de facto, do Município de Nelas? Ou de quem são? É que isso convém esclarecer. Ou então, diga, Sr. presidente da câmara, que o CDS, o PSD, os independentes, a CDU, se presume que todos concorram à presidência da câmara municipal, também tenham a mesma oportunidade que você tem, que Vossa Excelência tem. Vossa Excelência usou os meios da câmara, pelo menos do partido socialista não são, para colocar os seus *outdoors*. É fácil, eu tenho que andar a



Reunião de 12/07/2017

regimentar pessoas para colocar os meus. Eu tenho que andar a fazer estruturas para colocar os meus. Vossa Excelência regimenta pessoas com quem trabalha e a quem dá cem mil euros, cem mil euros de trabalhos a esse empreiteiro e depois Vossa Excelência usa as estruturas que são, ou pelo menos que eram da câmara municipal ou serviram durante quatro anos para publicidade da câmara municipal. E já agora, Sr. presidente da câmara, era bom que também esclarecesse o que é que faz este amontoado de ferro lá em baixo no estaleiro da câmara municipal. São para ser usados na sua campanha? Quem os pagou? Quem os comprou? Quem é que comprou estes perfis? Porque para estarem na câmara municipal, estes perfis atados e sem que Vossa Excelência explique, leva-me a concluir que é para serem desviados lá para a sua campanha eleitoral. Não vejo neste momento que obra é que a câmara municipal possa fazer com esses perfis. Não entendo. Também sei um bocadinho de serralharia e não sei para que é que Vossa Excelência quis isso. Como é que foram pagos? Como é que foram ali parar? Quem os comprou? E quem os pagou? Sr. presidente da câmara, ao longo de vários tempos o senhor tem brindado pela limpeza de terrenos particulares. Aliás, nesse seguimento, Sr. presidente da câmara, eu mandei-lhe um *e-mail* a dizer-lhe para arquivar e se Vossa Excelência não o fizer terei que trazer isso aqui ao órgão porque o órgão é consciente e sabe aquilo que quer. Além do mais, o órgão trata os munícipes do nosso concelho por toda a forma igual, igualitária, como Vossa Excelência uma vez aqui usou o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa. O facto é que Vossa Excelência limpa, manda limpar terrenos a pessoas ricas e manda multar os pobres que não têm condições económicas para os limpar. Por isso, Sr. presidente da câmara, requeria-lhe, o órgão não sabe disso, os demais vereadores não sabem disto. Sr. presidente da câmara, os autos que tem aí levantados pelo SEPNA e pelos fiscais da câmara e as notificações que tem feito, Sr. presidente da câmara prescinda delas e mande também limpar aos mais humildes, os terrenos, que tem feito aos mais ricos. Mas isto não é só, Sr. presidente da câmara. É que Vossa Excelência. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu pedia ao Sr. Vereador para concluir. Está a falar há vinte minutos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu acabo já. Acabo já, acabo já. Em termos de conclusão, Sr. presidente, Vossa Excelência tem levado, ainda agora fez aqui, ou informou o órgão que ia fazer um concurso excepcional de dez mil euros para resolver o problema da limpeza dos terrenos. Sr. presidente, eu sei por que é que foi esse concurso excepcional. Vossa Excelência sabe que eu que sei que mandou fazer serviços sem qualquer factura, sem qualquer procedimento. É uma forma leviana, uma forma ilegal de resolver o problema às pessoas que não têm facturas. É isso, é para isso que o senhor quer esse procedimento excepcional, porque nós sabemos que o senhor deve a pessoas que nunca facturaram nem deixa facturar. E agora quer ir resolver a correr aquilo que não conseguiu. Mas Sr. presidente da câmara, para que fique claro, Vossa Excelência deu já quarenta mil euros de limpezas. Não tenho nada contra os senhores que estão a fazer a limpeza. Mas é estranho. Para mim mesmo é estranho. Quando eu vou aos terrenos municipais e vejo alfaias equipadas com equipamentos de limpeza e Vossa Excelência não os deixa usar, era bom que explicasse, porque os tractores, o senhor faz os tais procedimentos, são os mesmos, têm os mesmos equipamentos que nós temos aqui. Era bom que o senhor explicasse por que é que não os deixa usar, por que é que estão parados, meses parados, com capinadeiras que servem os mesmos efeitos daqueles a quem o senhor paga quarenta mil euros. E já agora, Sr.



Reunião de 12/07/2017

presidente da câmara, Vossa Excelência diz, é uma das batalhas da sua eleição, da sua candidatura, peço desculpa, que não vai ser eleito, certamente eleição como vereador, admito que isso possa acontecer. Mal de nós se o PS só nomeasse um vereador. Não acredito. O PS não, o PS encapotado. Não acredito que o PS encapotado não tivesse pelo menos um vereador. Mas o senhor anda aí a dizer que pagou a dívida. Já lhe expliquei que não. E depois andou aí a dizer que recuperou as máquinas que eram uma sucata. Sim, sim, Sr. presidente da câmara. De facto, recuperou. Ainda hoje lá estive de manhã. Vossa Excelência tirou alguns equipamentos de dentro dos estaleiros, de dentro da nave dos estaleiros para os pôr cá fora. E recorde-lhe alguns, se quiser. O tractor do jardineiro. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. Vereador, está a falar há vinte e cinco minutos, faz favor de concluir. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: É só mais cinco, Sr. Presidente, o tractor do jardineiro, o cilindro que estava em perfeitas condições, uma retro que o senhor desmontou e ninguém sabe para onde é que foram as peças, uma moto niveladora que o senhor levou para Leiria e ninguém sabe onde é que ela pára. Era bom que o senhor também explicasse isso e que mais uma vez falasse a verdade aos cidadãos para saberem aquilo que o senhor faz e aquilo que o senhor disse. Bem prega o Frei Tomás “Faz o que ele diz, não faças o que ele faz.” Muito obrigado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado, Sr. vereador. Artur, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado, Sr. presidente. Bom dia. Eu queria também só fazer aqui umas questões ao Sr. presidente. A primeira era sobre se tem mais alguma informação para nos dar sobre a situação dos eucaliptos em Canas de Senhorim. Da situação dos eucaliptos que falámos aqui na última reunião, em Canas de Senhorim, portanto, se chegou mais alguma informação, se houve realmente requerimento ou se não houve requerimento entrado na câmara. Uma outra, era também reforçar aquilo que disse o Sr. vereador Marques, em questão do tribunal, se tem alguma informação, porque o que consta mesmo é que Nelas poderá perder a tempo inteiro um juiz, se tem alguma informação sobre isso, se há alguma *démarche* no sentido de voltar ao que temos agora. Outra situação também era se, porque aqui há tempos falámos sobre isso, das lamas que eram descarregadas em Senhorim e o Sr. presidente disse que ia averiguar se estava tudo legal, se não estava tudo legal e cada vez mais aquela empresa é tida na Comunicação Social por esses motivos. Ainda agora em Sátão acontece a mesma situação. Se tem alguma informação também sobre isso, como é que ficou o processo, se eles estavam legais, se não estavam legais, se realmente havia as lamas, se as lamas eram boas, se eram más. Era essa informação também que se pretendia. Uma outra era também sobre um procedimento que vai ser feito ou que está a ser feito sobre a execução de caixas multibanco ou pelo menos projectos ou a execução mesmo das caixas multibanco no valor de cerca de trinta mil euros, portanto, onde é que elas vão ser aplicadas, quais são essas caixas multibanco que vão ser feitas, se é só o projecto, se é também a execução da estrutura para as caixas multibanco. Um outro ponto era sobre uma situação que também me fizeram chegar ontem sobre a vedação de um terreno ali junto aos bombeiros, portanto, ali no pomar, se o Sr. presidente tem alguma informação sobre isso, o que é que poderá, o que é que está a acontecer sobre isso. Um outro que também foi levantado aqui na última reunião, que era a questão do encerramento do Banco Comercial Português, do Millennium, pelos vistos não encerra,



Reunião de 12/07/2017

também era saber ao Sr. presidente, o que é que, qual foi o motivo, que eles também estavam para sair e por que é que voltaram atrás. E por fim, eu tinha também já feito por duas vezes esse pedido, também não está agendado, nem, pelo menos não tenho aqui os documentos, era reforçar esse pedido verbalmente novamente, mas depois se tiver que ser feito por escrito, farei, era os pedidos de apoio do regulamento ao investimento que tinha feito já por duas vezes para nos trazer, quais foram as candidaturas, quais foram os benefícios que tiveram, os valores, também deixava novamente esse pedido. No momento era só, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Relativamente à questão dos eucaliptos, informámo-nos que não há nenhum pedido de parecer aqui na câmara municipal. E há uma norma na lei que permite que os processos financiados por fundos europeus nem sequer passam pela câmara municipal e, portanto, estamos a inteirar-nos do que se passa e a tomar medidas que eu oportunamente comunicarei à câmara. Relativamente às lamas é uma situação que está a ser acompanhada pelo SEPNA. Caixas multibanco, existe na plataforma AcinGov um procedimento de construção integral das caixas multibanco que vai ser feito proximamente. O que vai ser feito na Quinta do Pomar, no espaço da câmara municipal, é um parque de caravanismo. O BCP não encerrou. E vou ver a questão dos pedidos de apoio ao investimento. Mais algum dos vereadores quer usar da palavra neste período? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu queria, Sr. presidente.

---- O Senhor Presidente afirmou: Faz favor. Rapidamente, Sr. vereador, que já falou vinte e cinco minutos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu lamento mais uma vez que Vossa Excelência não responda às questões fundamentais que lhe coloco. Não responde à promiscuidade que Vossa Excelência tem com quem lhe coloca os *outdoors*. Não responde à promiscuidade, eventual promiscuidade dessa empresa que coloca os *outdoors*. Não respondeu por que é que os *outdoors* estão lá em cima com CMN. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. vereador, não respondi. Vai repetir outra vez? Não respondi, não está respondido. Vamos avançar. Mais alguma questão? Então, uma questão nova. Relativamente a essas não respondi. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É uma questão nova. Não respondeu porque o senhor está entalado até às orelhas. Aliás, o senhor já é constituído arguido ou ainda não, no processo da manigância dos terrenos? É ou não arguido? Diga lá, dos terrenos na Quinta da Touriga, que o senhor comprou por trinta e nove mil euros e vendeu por cinquenta e um, por noventa mil à tarde, já é constituído? Já é constituído? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Ó Sr. vereador, deixe lá isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Só para esclarecer aqui o Artur Jorge. Só para esclarecer o Artur Jorge. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, fazemos os comícios depois na rua em campanha. Aqui vamos avançar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Está bem, está bem. É que isso não lhe corre, não, Sr. presidente da câmara, isto são questões fundamentais da gestão da autarquia, são questões fundamentais a que Vossa Excelência foge e não responde, porque Vossa Excelência está entalado. Vossa Excelência, quando não lhe convém, não responde. Mas agora deixo isso para outras questões. Vossa Excelência vai responder ao tribunal certamente. -----



Reunião de 12/07/2017

- O Senhor Presidente afirmou: É um direito que eu tenho é de não responder ou não? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Vossa Excelência vai responder ao tribunal certamente, como está a responder e como é arguido certamente no processo dos terrenos e daquilo que fez, que usou os interesses da câmara para interesses pessoais. -----
- O Senhor Presidente afirmou: O senhor é o justiceiro. Vá. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não sou justiceiro, não. Sou pela razão, pela verdade e pela justiça, ao contrário do que Vossa Excelência que me acusou e pagou para que eu fosse condenado no processo das bombas. Teve azar. Deixe-me só ler isto. -----
- O Senhor Presidente afirmou: O senhor repete em todas as reuniões a mesma coisa. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois repito. Vossa Excelência não me responde, tenho que lhe perguntar. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. Vereador, um direito que eu tenho é responder ou não responder e, portanto, quando o Sr. vereador pretende algum esclarecimento e o faz com as insinuações, e o senhor com as insinuações que encerra nas suas perguntas, eu não tenho necessidade de lhe responder. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Sr. presidente, os *outdoors* com as letras CMN, Vossa Excelência pinta, e manda lá pôr PS são insinuações? ----
- O Senhor Presidente respondeu: Isso para o futuro do concelho não interessa nada. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Sr. presidente, os *outdoors* com as letras CMN, Vossa Excelência pinta, e manda lá pôr PS são insinuações? São insinuações, isto? Não. Desculpe, são questões que o senhor mistura o seu poder pessoal com o seu poder autárquico. E isso, eu condenarei até à morte, Sr. presidente da câmara, quer Vossa Excelência goste, quer não. Mas só para responder aqui ao Artur Jorge. -----
- O Senhor Presidente perguntou: Está-se a ver ao espelho, Sr. vereador? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Não. Eu já fui julgado muitas vezes. O senhor é que está a ser julgado e o senhor vai ser condenado. Não se livra desta. Percebe? Aquele senhor que fez parte da federação dos futebolis já lá está. Olhe, só para responder aqui ao Sr. Artur Jorge. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, o Sr. Vereador Adelino tem que sair ao meio-dia. Eu também tenho que dizer que eu, ao meio-dia e meio. Olhe, posso dirigir a reunião ou já quer Vossa Excelência dirigir? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Não. Não quero. Não quero. Deixe-me acabar. Isto tem três partes. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. vereador, um ponto de ordem. Isto aqui não é um comício. Temos a oportunidade. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Comício fez o senhor no dia vinte e três aqui à nossa revelia, nas nossas costas e que eu ouvi pelo telefone. Isso é que foi um comício vergonhoso que Vossa Excelência fez. Isso é que foi um comício vergonhoso. Se Vossa Excelência quer falar em comícios, olhe um bocadinho para trás, rebobine o filme e veja a pouca vergonha que o senhor usou no dia vinte três aqui. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, eu, se continua assim, eu acabo com a reunião. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não. Acabe com a



Reunião de 12/07/2017

reunião. Faça o que quiser. Custa-lhe ouvir as verdades. Doem-lhe as verdades. Eu sei que lhe doem. Eu sei que lhe doem as verdades. Pois, eu sei que o senhor não quer esclarecer as populações. Pois é. Pois, já cá estive no poder e não fiz o que o senhor fez. É que o senhor mistura tudo. O senhor mistura tudo. Dói-lhe. E foge. Quando o chamam à responsabilidade com a verdade, o senhor foge, pira-se, pira-se, pira-se. Olhe, continue, continue com a reunião. Minha senhora, a senhora consegue explicar a história dos *outdoors*? Explique a história dos *outdoors*? Explique lá a história dos *outdoors*. É verdade ou mentira que os *outdoors* tinham câmara municipal e agora está lá PS? Eh pá, esclareçam as pessoas e se eu não tiver razão, humildemente peço desculpa, Sra. vice-presidente. Esclareçam isto. Esclareçam por que é uma empresa que levou da câmara cem mil euros anda a pôr os *outdoors* do partido socialista? Esclareçam isto que eu calo-me. No mínimo mereço ser esclarecido. Não convém é esclarecer. -----

---- **Foi feito um intervalo de cinco minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião** o Senhor Presidente afirmou: Tem a palavra o Sr. vereador. Tem a palavra. É só um bocadinho, está bem? Tem a palavra o Sr. vereador Manuel Marques para concluir o seu raciocínio. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Um minuto. Sr. presidente, eu lamento é que tenha aqui um mapa do Conselho Superior da Magistratura e que o presidente da Câmara de Nelas não o tenha visto. Este mapa do Conselho Superior da Magistratura é o movimento dos juízes de primeira instância, onde diz que o Tribunal de Nelas ficou agregado ao Sátão. E Vossa Excelência soube dar aquela notícia nos jornais, parangonas, que ia criar competências, mas agora, Vossa Excelência, correu-lhe mal, nem sequer muge, permita-me este termo. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu queria só, duas questões. Muito obrigado, Sr. presidente. É só saber onde, se sabe onde é que vão ser construídas, então, as caixas multibanco. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: As caixas multibanco são uma em Moreira junto ao Polivalente, junto ao forno, e a indicação que tenho é que estão a começar a ser construídas hoje. Vão, as caixas multibanco ser fornecidas pelo Crédito Agrícola, que já as tem reservado. Uma na Aguieira junto à junta de freguesia, entre a junta de freguesia e a escola primária masculina que é a sede da Associação da Aguieira, uma caixa multibanco na Portela junto à Capela de Nossa Senhora, Dr. Marques, como é que se chama a Senhora da Portela? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Santo António. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Santo António, e uma caixa multibanco na praça central de Vila Ruiva junto às casas de banho, ok? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sim. E era só também fazer uma pergunta, porque sempre se pensou e foi com essa também ideia que ficámos, do parque de caravanismo ser feito junto ao estádio municipal ou pelo menos aquele espaço ser para isso, por que é que agora, eu não concordo. Já na altura não concordava ali. Acho que não tem lógica fazer dentro das localidades, por que é que agora vai ser, ou está a ser pensado ser deslocalizado? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Foi consensualizado com a associação de caravanismo e tem que ser um sítio central, para nós também é um sítio que tem a ver também com a questão da segurança, com maior segurança e também com maior acessibilidade ao centro urbano de



Reunião de 12/07/2017

Nelas. -----
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Sr. presidente, eu também gostava de usar da palavra. -----
---- O Senhor Presidente afirmou: Tem a palavra o Sr. vereador Alexandre Borges. Faz favor.
---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Muito bom dia a todos. Eu tinha duas observações relativamente ao que agora foi dito. Primeiro manifestar-lhe mais uma vez a minha opinião de que considero que o parque de caravanismo a ser feito, não deveria ser feito na vila de Nelas, devia ser feito nas Caldas da Felgueira. Acho que é o local mais indicado e acho que devia, mais uma vez, portanto, meditar sobre essa possibilidade. Acho que a questão da segurança não se coloca, felizmente, no concelho de Nelas, a não ser que me diga que, eu, pelo menos, aquilo que vejo na Comunicação Social relativamente à segurança, os problemas sempre maiores até são na vila de Nelas e sabemos porquê e, portanto, não estou a perceber muito bem essa abordagem, mas deixo-lhe apenas ficar a minha opinião relativamente a isso mais uma vez. E depois também manifestar a estranheza que a câmara municipal pague trinta mil euros para instalar caixas multibanco quando isso é um serviço disponibilizado por empresas privadas. Uma coisa é fazer um investimento, digamos, marginal, para que isso possa acontecer. Hoje em dia se as pessoas têm multibanco, os estabelecimentos podem ter terminais multibanco, estar a gastar trinta mil euros para instalar caixas multibanco, eu acho que se os bancos o quiserem fazer, acho que têm toda a legitimidade desde que cumpram as regras. Agora a câmara municipal estar a investir trinta mil euros para instalar caixas multibanco quando os bancos não têm interesse comercial em fazê-lo, deixe-me dizer-lhe que também não concordo com isso. Obrigado. -----
---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado. Sr. vereador Adelino, faz favor. -----
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Bom dia a todos. Eu não tinha intenção de falar, mas tendo em conta o esclarecimento sobre a instalação do parque de caravanismo, eu também queria deixar aqui uma nota de alguma preocupação em relação a isso. Não propriamente por ser, não tenho nada contra a instalação de parques de caravanismo, mas de facto, parece-me que é um pouco, não digo leviano, mas, se calhar, um pouco de atrevimento da parte de quem decide, depois de se ter falado aqui na instalação na Quinta da Cerca, junto ao campo de futebol, agora nas Caldas da Felgueira, decidir essa instalação no meio de um bairro habitacional que ainda por cima tinha um plano de urbanização e tinha intervenções previstas que a câmara nunca implementou ou o loteador ou não sei quem, e nunca foi feito um projecto alternativo nem nunca houve disponibilidade para que aquela zona fosse, de facto, intervencionada e bem merecia, e bem merecia, nomeadamente com espaços verdes ou com outros equipamentos que se entendessem úteis e adequados. Agora despejar para lá um parque de caravanismo que, não sei. Eu não sei se os moradores irão contestar, se não irão. Isso também não, eu sou morador daquele bairro e manifesto, não enquanto morador, mas também, mas principalmente enquanto vereador, manifesto alguma preocupação em relação a isso porque sinceramente não conheço, não sei muito bem qual é que é o impacto que a instalação desse equipamento poderá trazer e, portanto, recomendaria e subscreveria aquilo que o vereador Alexandre Borges disse, não no sentido da instalação ser nas Caldas da Felgueira, mas no sentido, isso devia ser pensado e devia ser equacionado e devia ser ponderado e não porque a Federação de Caravanismo pede no centro da vila. Então, se calhar, era melhor instalar aqui mesmo na Praça do Município



Reunião de 12/07/2017

que, se calhar, era já um bom contributo para as obras que se anunciam. Não querendo desvalorizar de forma nenhuma os caravanistas, mas parece-me também que, enfim, no Pomar, uma zona onde ainda faltam construir alguns prédios, que devia estar, de facto, devia ser intervencionada como está ou como estava no plano de urbanização, no loteamento, ou de outra forma, o que é verdade é que não foi. E a autarquia pura e simplesmente ignorou e tem ignorado aquele espaço e não me parece bem, de forma mais ou menos arbitrária, decidir instalar lá o parque de caravanismo, portanto, renovo aqui a minha preocupação em relação a essa matéria. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Muito obrigado. Já passou uma hora. Faz favor, Sr. vereador. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu acho que para fazer, e indo ao encontro dos vereadores Artur, Alexandre e Adelino, eu acho que vão fazer uma alteração a um projecto que não é permitido por lei, primeira questão. Segunda questão, dá-me a entender que o terreno ali que é dos nossos bombeiros. Terceira questão, quero fazer uma proposta no período antes da ordem, já me disseram onde é, no período antes da ordem do dia, quero fazer uma proposta ao presidente da câmara e pedia a Vossa Excelência que a sujeitasse a votação, que não fosse, porque aquilo, se é efectivamente da câmara municipal, é ao órgão câmara municipal que compete o destino que é dado aos terrenos públicos. Sr. presidente da câmara, eu faço uma proposta já. Peço-lhe que a sujeite a votação, que não seja doado nem permitido qualquer construção naquele local sem vir primeiro ao órgão. Pedia-lhe. Sr. presidente, é uma proposta que eu lhe fiz. Isto é uma vergonha. Isto é uma vergonha.

---- O Senhor Presidente afirmou: Período da ordem do dia. Não, não há proposta nenhuma. Agende o ponto para a próxima reunião de câmara. -----

----- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: deixe-me complementar a minha intervenção. É só um pequeno esclarecimento. eu gostava de saber, em concreto qual é o terreno. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É um terreno ao pé dos bombeiros, segundo dizem. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Mas é atrás dos bombeiros? -

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: É atrás dos bombeiros. É atrás daquilo que está vedado. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Então, mas esse terreno não era aquele que estava destinado para servir de parque de estacionamento de apoio à estação? Então vão fazer vários andares? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Vão fazer uns andares e vão lá meter um parque de caravanas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Parque de estacionamento em cima, caravanismo em baixo? -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Isto é uma vergonha, desautorizar o órgão da maneira como o presidente da câmara o faz. Isto não é democracia.

Isto nem o Salazar, nem o botas de Santa Comba fazia uma atitude destas. Sr. presidente, eu fiz-lhe uma proposta que sujeite a votação. -----

ORDEM DO DIA



Reunião de 12/07/2017

1.1.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017

---- O Senhor Presidente perguntou: Relativamente a este ponto, quem se quer pronunciar? Faz favor, Sr. Dr. Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente da câmara, vou votar contra a acta porque Vossa Excelência a censura. Vossa Excelência deixa passar na acta aquilo que bem entende. E por isso, Sr. presidente da câmara, como eu já requeri várias vezes para que me permita que eu consulte a gravação áudio e não o tem deixado fazer, quatro meses depois, eu saber o que é que disse na reunião do dia doze ou vinte e nove de Março, é humanamente impossível, portanto, à cautela e para me defender e para justificar as suas eventuais censuras à sua vontade, Sr. presidente da câmara, eu voto contra a acta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Sr. Vereador Adelino Amaral, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu vou votar contra esta acta e contra a seguinte e a razão é a mesma, é porque de facto há indícios fortes de que as actas estão a ser falseadas. Eu sugeri que a única forma de poder validar estas actas era serem consultadas as gravações, uma vez que estamos a falar de actas de Março e de Abril, reuniões de Março e de Abril, é humanamente impossível recordar aquilo que se passou na reunião de câmara. O que a lei diz é que as actas têm que ser aprovadas na reunião seguinte, a menos que, a câmara tem uma forma de impor essa norma legal, é não aprovar minutas. Se a câmara deixar de aprovar minutas, na reunião seguinte tem de ser aprovada a acta. Não, ainda não acabei. É evidente que é uma situação radical que eu pessoalmente também não defendo, como é evidente, porque isso iria criar alguns problemas à gestão do município, mas o facto de as actas serem aprovadas em minuta, não deve, não deve servir para que a lei não seja cumprida. E o que a lei diz é que a acta tem que ser aprovada na reunião seguinte e não seis ou sete reuniões depois. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Muito obrigado, Sr. vereador. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Peço desculpa, Sr. presidente, eu ainda não acabei. Eu estou disponível para votar favoravelmente estas actas desde que me sejam exibidas as gravações para eu poder verificar se o que lá está, está correcto, caso, ainda não acabei, Sr. presidente. Tenha paciência. Tenha paciência. Não me esteja constantemente a interromper porque isso é falta de educação, portanto, eu estou disponível para votar favoravelmente estas actas e as outras que não votei favoravelmente desde que me seja facultada a consulta às gravações. No caso concreto desta acta que está em discussão, eu peço desculpa ao vereador Alexandre porque ele eventualmente queria falar nisso, mas eu também dei conta, há uma intervenção, há uma parte da acta que eu não sei qual é a página, porque agora não me enviam as actas em papel e eu também não tenho suporte informático disponível para trazer para aqui, portanto, há uma parte da acta em que eu estou no uso da palavra e de repente diz-se, aparece, e o Sr. presidente de câmara decidiu suspender a reunião ou fazer um intervalo por cinco minutos, dizendo que o Sr. vereador Manuel Marques não deixava prosseguir a reunião e, de facto, não há nenhuma referência àquilo que, à intervenção do vereador Manuel Marques, o que é que ele fez ou o que é que deixou de fazer, o que é que disse, portanto, é uma coisa absolutamente, claramente percebe-se que houve ali um corte de qualquer coisa, portanto, e eu não posso tolerar isso. São evidências, parece que é intencional demonstrar que a acta está viciada, para nós aprovarmos actas



Reunião de 12/07/2017

viciadas. E eu não posso pactuar com isso, portanto, e votarei contra todas as actas a partir de agora que não cumpram a lei, ou seja, têm que vir na reunião seguinte ou, então, juntam, se faz favor, um CD com a gravação para eu poder avaliar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Já passo a palavra ao Sr. vereador Alexandre, mas eu ia sugerir, ia perguntar primeiro ao Fernando quantas actas faltam? Só um bocadinho. Primeiro responda ao que eu estou a perguntar. Quantas actas faltam para recuperarmos as actas? Dez actas. Pronto. Dra. Célia, por favor, faça uma informação para recuperarmos nos próximos quinze dias a feitura de todas as actas, está bem? É só um bocadinho. Ó Fernando, ok? Relativamente a estas duas actas fica também em despacho que todos os Srs. vereadores têm acesso às gravações. São retiradas da ordem do dia. Todos os Srs. vereadores têm acesso às gravações para fazerem as sugestões que entenderem relativamente ao teor da acta, está bem, Fernando? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques: Eu não duvido do funcionário. Eu duvido é daquele senhor que está ali sentado. Eu não duvido de ti, duvido é daquele senhor. Eu fui ameaçado por toda a gente. Desculpem lá, isto tem que ser dito. Eu fui ameaçado pela Dr.^a Larcher no processo que meti contra desconhecidos no Tribunal de Nelas. Ó Fernando, desculpa lá, eu ainda sou vereador. Se não me queres respeitar, não estou aqui a fazer nada. Eu meti um processo em tribunal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, ponha a gravação, se faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu meti um processo no tribunal contra pessoas desconhecidas, contra pessoas desconhecidas. Não. Isto tem a ver com as actas. Desculpe lá, isto é importante. Tem a ver com as actas, contra pessoas desconhecidas e o tribunal identificou quem me ameaçou. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas tem acesso às gravações. Já referiu o acesso às gravações. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Oiça, quem me ameaçou e a Sra. advogada que até recebe dinheiro da câmara municipal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Pronto, é retirado da ordem de trabalhos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques: Oiça, quem me ameaçou e a Sra. advogada que até recebe dinheiro da câmara municipal, ameaçou-me que eu não disse isso, portanto, e que tinha acesso a documentos em que lhe diziam que a cliente não disse isso. Eu pergunto, quem lhe deu os documentos? Foi o senhor. Aliás, o que me levou para o escritório dele foi o processo do Pingo Doce das bombas do Sr. Cavaca. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves: Ninguém está a pôr em causa o trabalho do Sr. Fernando. Não é o seu trabalho que está em causa. As outras câmaras também têm reuniões de dez horas e as actas são aprovadas. Não é o seu trabalho, ninguém está a pôr em causa o seu trabalho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dra. Célia, faça uma informação relativamente à disponibilidade do funcionário do serviço para nos próximos quinze dias recuperarmos a feitura das actas ou então consulte uma empresa externa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó tempo que isso já foi decidido. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O assunto está ultrapassado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sejamos claros. Porque é



Reunião de 12/07/2017

que diz na ata que o Presidente interrompeu a reunião porque o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques e não diz o que é que eu disse. O presidente da câmara quis demonstrar que eu fiz aqui muito barulho e ele interrompeu, mas não disse por que é que interrompeu. O Senhor Presidente não responde a ninguém, faz o que quer. Há-de responder aos tribunais, se deus quiser. Ainda confio na justiça do meu país. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está ultrapassado. Ó Dra. Célia, são retirados da ordem do dia, está bem? São retiradas as actas da ordem do dia. É disponibilizada aos Srs. vereadores a gravação das mesmas reuniões para fazerem as sugestões de alteração que entenderem convenientes, está bem? Ponto um e ponto dois, o Dr. Alexandre quer dizer alguma coisa ainda relativamente às actas? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, era exactamente, até complementando aquilo que o Sr. Fernando disse, nós aqui em tempos, não tenho a certeza se deliberámos ou não, mas pelo menos foi feita a sugestão que se consultasse um programa, para se comprar um programa que faça a transcrição automática daquilo que é dito. E obviamente isso até nos iria, se calhar, obrigar a ser aqui um bocadinho mais regrados nas intervenções que fazemos. E acho que acaba por ser quase que uma tortura que se faz ao funcionário, obrigá-lo efectivamente a fazer isso. Isto depois levanta-nos aqui até alguns problemas administrativos, portanto, se nós já temos dez actas em atraso, vamos ter no mínimo, ou iríamos ter até ao final do mandato um conjunto de actas por aprovar que depois quem é que as iria aprovar? Vão aprovar, o próximo executivo é que vai deliberar acerca daquilo que foi dito neste executivo? Além do mais não é prático e nem sei se tem alguma validade legal e, portanto, o que eu lhe voltava a sugerir era que isso fosse feito. Eu não ponho em causa que o Sr. presidente não mexa nas actas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Põe, põe, Sr. Dr. Pode pôr. Pode pôr. Ponha em causa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Pode-me respeitar enquanto vereador também agora, se não se importa? Eu não ponho em causa que o Sr. Vereador, que o Sr. presidente não, portanto, acredito que ele, mas não é preciso. O Sr. Fernando fica com a sugestão à partida porque já sabe mais ou menos o que é que o Sr. presidente quer. E a prova provada é exactamente essa. Então, eu ia votar contra esta acta sem essa referência lá estar, e eu nem sequer ponho em causa que o comportamento do Sr. vereador Manuel Marques tenha sido propiciador da interrupção da reunião. Eu não ponho isso em causa. Acredito que seja verdade. Aliás, eu tive o cuidado de ler as duas actas, tive tempo, e não há nada que me choque a não ser isso, portanto, eu iria votar favoravelmente a segunda acta e votar contra e só por uma razão, eu nunca vi nenhuma acta a dizer que a reunião foi interrompida por causa do vereador Alexandre Borges, por causa do vereador Artur ou do vereador, ou do Sr. presidente, concretamente o Sr. presidente. E todos nós aqui já assistimos a situações em que as reuniões foram interrompidas exactamente por causa do Sr. presidente e, portanto, há aqui uma discrepância, uma desigualdade e, portanto, se o Sr. presidente põe numa acta que a reunião é interrompida porque o Sr. vereador Manuel Marques se comportou indevidamente, então, também deveria ter feito isso no passado relativamente a si próprio e, portanto, é só apenas isso que eu queria dizer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado. Faz favor, Sr. vereador. Está deferida, então, a consulta até à próxima reunião de câmara da gravação das actas, está bem? -----



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria sair em defesa do Fernando porque, com toda a franqueza, o Fernando tem toda a razão e eu compreendo as suas razões e acho que é louvável e que é um esforço que de facto faz que aparentemente não é valorizado nem é tido em conta por ninguém, mas eu pessoalmente imagino porque eu também já transcrevi coisas de áudio e sei que é difícil andar para trás e para a frente e ouvir e voltar a ouvir e não sei quantos, portanto, eu reconheço esse seu esforço e essa sua dedicação em absoluto. Não tem uma nodozinha sequer no seu trabalho. Eu não, zero, não tem o mínimo de mácula o seu trabalho. Agora é humanamente impossível, eu compreendo isso fazer as actas com as dez horas que faltam e já houve algumas, e ainda por cima já não são de quinze em quinze dias, há reuniões quase semanais, e isso é humanamente impossível, uma pessoa só fazer esse trabalho e provavelmente ainda tem outras atribuições para fazer, portanto, eu compreendo isso. Agora nós também não podemos, a câmara também não pode é resignar-se a essa dificuldade. Já foram feitas aqui várias sugestões, ou arranjar um sistema de transcrição automática ou contratar serviços externos que é uma situação que a mim não me agrada muito por uma questão de princípio ou reforçar a equipa que faz a transcrição com outros funcionários que eventualmente tenham alguma disponibilidade. Essas já foram feitas, essas sugestões, ou então, ou então, faço outra sugestão, as actas não têm que ser corrigidas pelo presidente de câmara. Não devem ser corrigidas, não podem ser corrigidas pelo presidente de câmara. Quando muito o funcionário Fernando quando envia a acta para o Sr. presidente de câmara ver deve enviar para todos os vereadores porque se o Sr. presidente de câmara quiser retocar as suas intervenções, o que é normal, porque às vezes o discurso, eu próprio vejo, as minhas intervenções são aberrações autênticas, linguísticas, ninguém percebe o que lá está e eu gostaria de ter tempo disponível também para retirar às vez um enfim, um portanto, um não sei quê que não estão lá a fazer nada, portanto, as actas não podem, não devem, não podem ser corrigidas pelo presidente de câmara, quando muito podem ser corrigidas pelos vereadores todos de acordo, para melhorar a linguagem. Agora enviá-las e o presidente de câmara é que é o censor e vai cortando a seu belo prazer, isso não pode ser. Isso é um atropelo grosseiro às normas elementares da democracia, com o devido respeito. O presidente de câmara dirá “Não, não. Eu só vou corrigir ali alguns...”, não senhor, não faz nada disso. A gente sabe muito bem o que é que faz porque isso vê-se bem nas actas, portanto, eu mantenho a minha postura. Em relação a estas duas actas, eu agora, depois do que o Fernando disse e disse o Sr. presidente de câmara, eu agora até votava favoravelmente, e depois do que disse o vereador Alexandre, porque parece-me que não há ali nada, mas por uma questão de princípio, nós temos que pôr isto nos eixos ou tentar, pelo menos. E agora uma questão, o Fernando também tem direito a férias. Naturalmente vai gozar férias agora. Então, os três meses de atraso vão passar a ser quatro ou cinco nas actas. Então, como é que chegamos ao fim do mandato e as actas ficam no ar? Ficam no limbo? Ficam esquecidas? Pá, isso, acho que é uma coisa intolerável. Desculpem lá, é uma questão formal, não tem importância nenhuma, as actas é uma, já se falou tanta vez aqui, quer neste mandato, quer nos anteriores, falou-se tanto de actas que até é uma vergonha estarmos aqui a perder tempo com isso, com toda a franqueza. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente, uma pequena intervenção para defesa da honra em função da intervenção do vereador Adelino. ----

---- O Senhor Presidente afirmou: Faz favor, Sr. vereador Manuel Marques. Não vejo onde é



Reunião de 12/07/2017

que está a questão da defesa da honra, mas pode falar. Faz favor. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu tenho honra, o senhor pode não a ter. A minha honra é minha, a sua é sua. Cada um tem a sua honra. Não. Ó Sr. presidente, eu sei o que é que vou dizer e não é Vossa Excelência que limita a minha honra nem a defesa da minha honra. Tenha lá paciência, Sr. Presidente. A sua honra não é a mesma que a minha. Nós sabemos isso há muito tempo, felizmente. Vereador Adelino, eu nunca pus em causa, eu pessoalmente nunca pus em causa os funcionários da câmara, bem pelo contrário, sempre os defendi. Aliás, posso ter problemas. Ok, não, não. O Fernando quase que se virou a a mim a pensar que eu desconfiava. Se eu desconfiava de alguém era daquele senhor que está ali e não dos Srs. funcionários. Por isso, Fernando, se entendeste isso, quero aqui humildemente pedir desculpa, porque se alguém tratou mal os funcionários da casa foi o senhor que está ali sentado, que os apelidou de alcoólicos e de ladrões, não fui eu. Foi este senhor que arranjou um indivíduo para vir arranjar o cálculo dos fundos disponíveis, não fui eu. Pronto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: vamos continuar a reunião. -----

---- Assim o assunto é retirado da Ordem de Trabalhos. -----

1.2.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2017

---- Assunto retirado da Ordem de Trabalhos. -----

2 – OBRAS PÚBLICAS

(293/2017/07/12)2.1. CONSTRUÇÃO DA ETAR DE VILAR SECO – RELATÓRIO FINAL DO JÚRI – APROVAÇÃO

---- Presente o Relatório Final do Júri, referente à empreitada de: “Construção da ETAR de Vilar Seco”. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, a ETAR de Vilar Seco, de um executivo e de um presidente de câmara que não faz nada, não arranjou financiamento nenhum, não faz obra nenhuma, está aqui, ganhou o concurso, nesta ETAR de Vilar Seco, peço perdão, não houve propostas e, portanto, está aqui, contrariamente às outras ETAR em que houve propostas, ó Sr. vereador, não se ria, não se ria e não gozem com as ETAR das freguesias. Deviam ter vergonha para gozar com as ETAR. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Estamos a gozar é consigo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não se ria, não seja ridícula. A ETAR da Lapa do Lobo vai ser feita pelos Irmãos Almeida Cabral, a ETAR de Moreira vai ser feita pelos irmãos Almeida Cabral, a ETAR de Nelas três e sistema interceptor, está em construção. Uma obra de quatro milhões de euros e, portanto, quando o senhor invoca aí a questão de Mangualde e esquece-se do que está em andamento em Nelas, está a fazer a maior demagogia que eu conheço. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já uma vez lhe disse, comparar o presidente da câmara de Mangualde ao presidente da câmara de Nelas é comparar a estrada da Beira à beira da estrada, já lhe disse isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não me trate, eh pá, não me trate assim dessa maneira, ó Sr. vereador. Toda a gente que aqui está acha, acham que é normal. -----



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O Senhor não tem comparação com o Dr. João Azevedo. Um homem que fala verdade. Não é como o senhor, um demagogo, um mentiroso. Não é igual. Não tem comparação. O senhor não dá lições de boa educação. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: De acordo com as regras da boa educação, acham normal que um vereador chame, me compare à beira da estrada, me chame mentiroso, acham isto normal? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Olhe, o senhor aqui já nos chamou coisas bem piores. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: As pessoas que aqui estão acham normal? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu vou reler o que o senhor disse em dois mil e treze. -----

--- O Senhor Presidente perguntou: Ó Sr. Pais, acha isto normal que eu seja humilhado aqui na reunião de câmara? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Olhe, e quando o senhor nos mandava à merda e nos chama de palhaços e de burros, acha normal? Ó pá, fogo. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Ó Mário Saúde, Mário Saúde, acha normal o que o Sr. vereador está a fazer? Estão a gostar do que o Sr. vereador está a fazer? Acham normal? Vocês comungam destes valores? É isso?

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Está-lhe a doer eles estarem ali, não está? Está-lhe a doer. Que dor, ai que dor. Eu vou-lhe ler. Espere aí. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Sr. presidente, eu gostava de intervir para fazer um protesto. Eu quero fazer um protesto. É para defender a figura do presidente de câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu quero prosseguir com a reunião. Desde o princípio da reunião que tem sido ataques, adjectivos, ofensas, desde o princípio da reunião. Desculpem, eu tenho tentado levar a reunião, como todas, até ao fim. Eu não, pá, pronto. O que é que vocês querem? O que é que vocês querem? Eu quero prosseguir com a reunião. Posso prosseguir com a reunião? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques leu: A mentira é a palavra que melhor se aplica aos actuais responsáveis camarários. De quem é a fotografia? Não é minha. É dele. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu pedi a palavra para fazer um protesto. -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Mas eu não lhe concedo a palavra, desculpe. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu pedi a palavra para fazer um protesto, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Mas eu não lhe concedo a palavra, desculpe. Não concedo. Não quero. Não há palavra nenhuma. Eu quero continuar, quero continuar a reunião.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu também quero, eu pedi-lhe a palavra para fazer um protesto, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Na abertura do novo concurso da ETAR de Vilar Seco não apareceram propostas e, portanto, o relatório do júri. -----



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Então? Estava adjudicada e não tem propostas? Já estava adjudicada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, deixem-me dirigir a reunião. Desculpem. Eu acabo a reunião. Vocês não me deixam reunir a reunião, eu acabo a reunião. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor disse que estava adjudicada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu acabo. Não, enganei-me. Peço desculpa. Está errado. Não foi adjudicada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Fica-lhe bem, fica-lhe bem. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu digo-vos, não me deixam dirigir a reunião, eu acabo a reunião. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Acabe. Vá-se embora. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu digo-vos, não me deixam dirigir a reunião, eu acabo a reunião. Eh pá, desculpem. E vou fazer um comunicado ao povo a dizer que vocês não me deixam dirigir a reunião. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: À conta da Câmara. -----

---- O Senhor Presidente respondeu: À conta do que for. Eu sou presidente de câmara. Fui eleito para isso. Desculpem lá, têm dois minutos para me deixarem dirigir a reunião. Se não deixarem, eu acabo com a reunião. Pronto, dois minutos. Está interrompida. Que conste da ata. Vá-se embora Sr. vereador, se quiser. Eu não estou aqui para ser humilhado. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Então, mas isto agora, isto é o quê? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Ó meu Deus do céu. A sério. Credo. -----

---- **A reunião foi interrompida durante três minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião**, o Senhor Presidente afirmou: A data, não tendo, presume-se que é a data da deliberação do júri de vinte e três de Junho de dois mil e dezassete. Não, não, está bem? Eu pedia, também. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu só fiz essa pergunta porque é assim. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Deixe-me acabar de dar a explicação. É que, entretanto, estão a decorrer em simultâneo uma série de outros concursos, têm a ver com as outras ETAR também e uma série de outros procedimentos e eu pedia à Eng.^a Susana para acelerar os procedimentos, portanto, pode haver aqui alguma *décalage* relativamente a estas questões, mas o que é um facto é que nesta ETAR de Vilar Seco, eu pedi-lhe para acelerar o procedimento no sentido de ratificar, não havendo propostas é pacífico que não houve adjudicação e há a reabertura, eu acho que havia aqui, só um bocadinho, porque está fora do sítio, há aqui, a seguir há o ponto 2.2 em que, que é de sete do sete em que sugere a abertura do novo concurso pelo preço, sugere a abertura do novo concurso pelo preço base da proposta apresentada que foi trezentos e cinquenta e cinco mil. É o ponto a seguir, da agenda, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Ok, Sr. presidente. Era só mesmo uma curiosidade, nada tenho a objectar contra, ou melhor, que se delibere no



Reunião de 12/07/2017

sentido em que propõe. Só frisar-lhe que ao contrário do que muitas vezes diz, nós estamos, eu pessoalmente estou aqui com a perspectiva de colaborar e fico contente, fico efectivamente contente que estas coisas vão para a frente e que depois funcionem adequadamente. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório Final do Júri do procedimento do concurso público da empreitada de: “Construção da ETAR de Vilar Seco”. -----

(294/2017/07/12)2.2.CONSTRUÇÃO DA ETAR DE VILAR SECO – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5045, datada de 07 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- “Construção da ETAR de Vilar Seco -----

---- I. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 10/05/2017 procedeu-se á abertura de um concurso publico para a construção da ETAR de Vilar Seco ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica nº 96 no dia 18 de Maio de 2017. -----

---- Em 14/06/2017 o Júri do Procedimento realizou á abertura das propostas e procedeu á sua análise e avaliação tendo por base o critério de adjudicação adotado, e deliberou por unanimidade excluir todas as propostas por se encontrarem nas condições previstas nos nºs 2 dos artigos 70º e 146º do D.L 18/2008 de 29/01, na sua atual redação. -----

---- O artigo 24º do D.L 18/2008 de 29/01 estabelece que qualquer que seja o objeto do contrato a celebrar, pode adotar-se o ajuste direto quando em anterior concurso público todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas com fundamento no nº 2 do artigo 70º e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado em relação ao daquele procedimento não podendo o valor do contrato ser superior ao estabelecido na alínea b) do artigo 19º. O nº 8 do mesmo artigo determina que o caderno de encargos é substancialmente alterado, nomeadamente quando sejam modificados os parâmetros base fixados no caderno de encargos. -----

---- De acordo com o estabelecido no artigo 42º do D.L 18/2008 de 29/01 o caderno de encargos é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, fixando os parâmetros base a que as propostas estão vinculadas, tais como o preço a pagar. -

---- Atendendo a que foi apresentada uma única proposta no valor de 355.000,00 € (+ IVA) e tendo alguns concorrentes justificado a não apresentação de proposta em virtude de não conseguirem acompanhar o preço base de concurso, propõe-se fixar o preço base em 355.000,00 € (+ IVA). -----

---- Considerando o exposto, dado que se pretende alterar um parâmetro base fixado no caderno de encargos, não estão reunidas para se proceder á abertura de um ajuste direto. ---

---- II. Face ao preço base fixado no convite 355.000,00 € (S/IVA), solicito a V. Ex.ª autorização para se proceder á abertura de um concurso publico nos termos do artigo 16º conjugado com a alínea b) do artigo 19º do CCP e artigo 130º e seguintes do CCP, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29/01, na sua atual redação. -----

---- III. O critério de adjudicação é o de mais baixo preço. -----

---- IV. Nos termos do nº1 do art. 130º do CCP, este concurso será publicitado no Diário da Republica através de anúncio. -----



Reunião de 12/07/2017

---- V. De acordo com o previsto no art.º 67º do CCP, deverá proceder-se á designação do júri que conduzirá o procedimento, para o qual se propõe a seguinte constituição: -----

---- Presidente – Eng^a Paula Alexandra Lopes Sampaio; Vogal – Eng^a Catarina Inês Mendonça Figueiredo; Vogal – Eng.º Gonçalo Nuno da Costa Paiva Laranjeira; Vogal Suplente – Dr.^a Susana Maria Rabaça Teixeira Henriques; Vogal Suplente – Eng.º João Luís Borges de Almeida Ferreira; Secretária – Maria Clara Simões Marques da Silva Monteiro. --

---- Para efeitos de aprovação, acompanham esta proposta o programa de procedimento, o caderno de encargos, o Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Gestão de Resíduos. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, já dei a explicação. Como não houve propostas no primeiro concurso, contrariamente às outras ETAR, eu pedi que se acelerasse esse processo para reabrir o concurso da ETAR de Vilar Seco pelo preço base que o serviço, a Eng.^a Susana sugeriu que fosse o preço mais baixo do anterior concurso. Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a isto? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira: Tinha só aqui uma situação. Às vezes é as vírgulas, como diz o vereador Alexandre, mas nós fizemos aqui a aprovação, eu também não quero inquinhar isto, mas fizemos a aprovação do relatório final do júri em que dizia que não tinha havido propostas, foi uma aprovação, mas aqui já é ratificação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, foi também, foi à aprovação do júri porque o relatório.

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não sei se não devia ter ratificação as duas, porque só estamos agora a fazer a aprovação do relatório quando já estamos com o júri aprovado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O anterior foi dado sem efeito. Ok. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a abertura de novo concurso público para a empreitada: “Construção da ETAR de Vilar Seco”, nos termos da informação interna n.º 5045, datada de 07 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

3 – EDUCAÇÃO E CULTURA

(295/2017/07/12)3.1.CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO) – ABERTURA DE PROCEDIMENTO - APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5035, datada de 07 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- “Confeção e fornecimento de refeições para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar (Jardins-de-Infância do Concelho) -----

---- No seguimento das ordens de V. Ex.^a, para se proceder à abertura de um procedimento para a prestação de serviços de confeção e fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar (Jardins de Infância) do Concelho por um período de 12 meses (incluindo o Projeto Férias em Ação e Projeto Férias de Palmo e Meio) a contar da data de 22 de Setembro de 2017, informo que, de acordo com as quantidades constantes da folha anexa, é necessário proceder à abertura de um ajuste direto ao abrigo do



Reunião de 12/07/2017

Acordo Quadro nº 3/2015- CC-CIM Viseu Dão- Lafões, em cumprimento do artigo 258º do CCP. -----

---- *O preço base fixado no Programa do Procedimento é 169.105,20 €, S/IVA, inclui:* -----

---- *a) Confeção e Fornecimento de refeições; b) Transporte a cargo do concorrente;* -----

---- *Dado que o AQ 3/2015- CC CIM é constituído por cinco lotes, pretende-se abrir um Ajuste Direto para o Lote 5- Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente.* -----

---- *A Unidade Alimentar está dotada do equipamento e utensílios necessários à atividade, os quais são pertença do Município de Nelas e compreende toda a cozinha (zonas de preparação de crus; confeção; distribuição; copa suja e copa limpa) e todas as áreas circundantes constantes dos ANEXOS – A, B, C, D e E (receção; despensas alimentares e de limpeza e refeitório), constantes do caderno de encargos.* -----

---- *Este termo engloba também os sanitários e vestiários dos manipuladores de alimentos.* ---

---- *O critério de adjudicação do referido procedimento é o do mais baixo preço.* -----

---- *De acordo com o previsto no art.º 67.º do CCP, deverá proceder-se à designação do Júri que conduzirá o procedimento, para o qual se propõe a seguinte constituição:* -----

---- *Presidente – Dr.ª Sónia Soares Baptista; Vogal – Dr.ª Susana Maria Rabaça Teixeira Henriques; Vogal – Eng.ª Susana Maria Daniel Abrantes Mesquita; Vogal suplente – Eng.º Gonçalo Nuno da Costa Paiva Laranjeira; Vogal suplente – Eng.ª Paula Alexandra Lopes Sampaio; Secretária – Dr.ª Maria Clara Simões Marques da Silva Monteiro.* -----

---- *Para efeitos de aprovação, acompanham esta proposta o convite e o caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.”* -----

---- *O Senhor Presidente afirmou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a isto?* -----

---- *O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu quero.* -----

---- *O Senhor Presidente afirmou: O anterior foi dado sem efeito. Sim. Faz favor.* -----

---- *O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sr. presidente, muito havia para falar sobre este assunto, mas também só quero, não quero atirar mais achas para a fogueira, só três ou quatro situações, portanto, mas que não posso deixar passar. Uma é a data de fornecimento que é vinte e dois de Setembro, quando o ano passado debatíamos aqui mesmo isso e uma técnica dizia que era um de Setembro, acho que era importante, também o ano passado fiz essa referência, discriminar quais os alunos que estão em termos de aulas e Férias em Acção, portanto, aqui no mapa vem tudo, mas depois não se sabe realmente qual é em termos de educação ou Férias em Acção. E o mais grave, aquilo que eu considero mais grave, ou mais preocupante, não é mais grave, grave e preocupante, até porque vai ao encontro daquilo que disse o vereador Marques logo no período antes da ordem do dia, que já o ano passado também foi feita essa referência. O ano passado, por estas contas, tínhamos feito, tinham sido perdidos cinquenta e um alunos no primeiro ciclo e este ano são setenta e um alunos. Estamos só a falar em termos de refeições. Podemos não pôr esse número de alunos em termo geral de alunos, mas é basicamente sessenta alunos, três turmas, cinquenta alunos que há a menos este ano possivelmente no Centro Escolar. Na altura, quando foi feito o Centro Escolar foram muitos criticados no anterior executivo porque era um Centro Escolar que não abrangia os alunos que havia. Estava sobrelotado. Neste momento estamos*



Reunião de 12/07/2017

sublotados e aqui a previsão que se tinha, que muitas vezes pensavam que pode não ser, mas algumas escolas não sei até que ponto não terão que vir mesmo para o Centro Escolar porque é uma questão de racionalização de meios e de melhor até ensino para os alunos que eu considero, em vez de serem vários anos na mesma turma, portanto, é uma situação, não em termos de turmas porque não há alunos para fazer turmas, como diz o vereador Marques, mas em termos de preocupação em que seja dada, se assim for entendido pelos pais e pelo Conselho Municipal de Educação, que não sejam, então, encerradas as escolas que estão abertas, quer Carvalhal Redondo, quer Vilar Seco, que são aquelas que estão mais próximo, para que não sejam essas encerradas e venham para o Centro Escolar, que não há-de ser muito mais tempo do que isto, acredito eu, conforme estão a diminuir o número dos alunos. -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento para a prestação de serviços para a confeção e fornecimento de refeições para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar (Jardins-de-Infância do Concelho), nos termos da informação interna n.º 5035, datada de 07 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----

4 – SUBSÍDIOS

(296/2017/07/12)4.1.PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO EM 29/12/2016, ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DE AGUIEIRA – RATIFICAÇÃO

---- Presente a proposta de aditamento ao protocolo celebrado em 29/12/2016, entre o Município de Nelas e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Aguieira, que a seguir se transcreve: -----

---- “PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO EM 29/12/2016 -----

---- *Entre:* -----

---- 1.º “MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Município”/“Câmara Municipal”, E -----

---- 2.º “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL, SOCIAL E DESPORTIVA DE AGUIEIRA”, com sede na Rua Professor Sampaio, n.º44, Aguieira, titular do NIPC 501633090, representada, nos termos legais, pelo Presidente da Direção, José Figueiredo Marques, como Segunda Outorgante e adiante designada “Associação”, -----

---- *Considerando:* -----

---- 1 - A Câmara Municipal de Nelas em reunião realizada no dia 11 de maio de 2016 deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta de Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Nelas e a Associação Recreativa, Cultural, Social e Desportiva de Aguieira, relativo ao edifício da Escola de Aguieira, prédio este inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 398, União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, concelho de Nelas; -----

---- 2 - *Que esse edifício carece de uma intervenção/ requalificação, nomeadamente substituição da cobertura e caixilharias, bem como outras melhorias;* -----



Reunião de 12/07/2017

- 3 - O apoio e acompanhamento próximo sempre existente entre o “Município” e a “Associação” e que deve ser mantido, preservado e aprofundado; -----
- 4 - Que de acordo com o artigo 33.º, n.º1, alínea o) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal «deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos»; -----
- 5 - As deliberações da Câmara Municipal de Nelas de 27 de julho e de 26 de outubro de 2016, nos termos das quais foi aprovada a atribuição de um subsídio no valor total de 36.500,00€ (trinta e seis mil e quinhentos euros) para apoio nas despesas inerentes à realização das obras de requalificação das instalações da Escola de Aguireira; -----
- 6 - Em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Nelas realizada em 3 de julho de 2017 foi deliberada a atribuição de novo apoio financeiro no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) para despesas inerentes à realização das obras de requalificação das instalações da Escola de Aguireira, o que perfaz um total atribuído de 46.500,00 €; -----
- É celebrado o presente aditamento ao protocolo, que se rege pelos considerandos supra e ainda pelas cláusulas seguintes: -----
- Cláusula 1.ª – Objeto -----
- O presente Protocolo tem por objeto definir os termos em que o “Município” se compromete a apoiar a “Associação” na intervenção/requalificação da Escola da Aguireira. -
- Cláusula 2.ª - Formas de apoio -----
- 1 - O “Município” compromete-se a prestar apoio financeiro à “Associação” no montante ainda a pagar de 10.000,00€ (dez mil euros) nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 03/07/2017. -----
- 2 - Os Serviços Municipais acompanharão o procedimento das obras referenciadas devendo os mesmos dar o seu acordo quanto à adjudicação. -----
- 3 - O valor do apoio referido no n.º1 será pago pelo “Município” à “Associação” da seguinte forma: A) 6.000,00 € na data da assinatura do presente protocolo; B) 4.000,00 € até 31/08/2017. -----
- 4 - As obras referenciadas no n.º 1 terão como dono de obra a “Associação” e serão realizadas até final do mês de Agosto do ano 2017. -----
- Cláusula 3.ª - Colaboração entre as partes -----
- 1 - A “Associação” compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o “Município”, com vista ao mais correto acompanhamento e execução do presente protocolo e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira, tendo em conta o custo/benefício das obras de requalificação da Escola de Aguireira. -----
- Cláusula 4.ª - Acompanhamento e controlo do protocolo -----
- O acompanhamento e controlo do presente protocolo são feitos pelo “Município”, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução. -----
- Cláusula 5.ª - Revisão do protocolo -----
- Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito. -----
- Cláusula 6.ª – Vigência -----
- O período de vigência do presente protocolo decorre desde a data da sua assinatura até à



Reunião de 12/07/2017

conclusão das obras aqui referidas, sendo que para tal a “Associação” deverá informar o “Município” da conclusão das mesmas através de documento escrito, devendo ainda juntar documento(s) de quitação referente(s) às obras realizadas. -----

---- Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente protocolo com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----

---- E por estarem de acordo vão assinar as partes, em dois exemplares.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isto é para as obras, portanto, ratificação, na sequência da deliberação tomada aqui em três de Julho. Foi acordado com a Associação da Aguieira o pagamento dos dez mil euros, sendo que já foram pagos seis mil euros. Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta questão? Faz favor. Tem a palavra o Sr. vereador Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Sr. presidente, de facto a política que Vossa Excelência usa no nosso município, na nossa câmara, é, só tem uma palavra, e desculpe, é uma política vergonhosa. Vossa Excelência há quatro anos, há quatro anos, há um ano quis nos matar por não termos assinado ou não termos aprovado as refeições das crianças. Vossa Excelência podia ter usado a figura da ratificação, não usou, para nos crucificar, para nos arrumar, é mesmo o termo, arrumar contra a parede. Vossa Excelência hoje vem aqui trazer um subsídio para uma associação em que usa a figura da ratificação. Sr. presidente da câmara, eu pergunto-lhe com toda a objectividade, onde é que estão aqui as questões excepcionais e de urgência para isto? Vossa Excelência diga-me por que é que não usou esta ratificação há um ano atrás para as refeições das nossas criancinhas? Vossa Excelência politizou isso na praça pública, emanou um comunicado na praça pública e hoje ratifica, dá um subsídio, depois do dia três até hoje, que estamos a doze ou a treze, dá uma ratificação para o subsídio. Mas mais vergonhoso ainda é a estorna. É que Vossa Excelência dizia aos sete costados, aos vinte e sete costados que “não pago porque aqueles marotos não me deixam pagar, não me deixam aprovar a conta de gerência.” Sr. presidente, então, Vossa Excelência que tinha tanto dinheiro, tinha aqui um milhão de euros no banco, não tem dez mil euros para dar à Associação da Aguieira e vai-lhe pagar em duas tranches, Sr. presidente da câmara? De facto, eu consultei aqui o mapa de pagamentos, mas já lá vamos a isso, e associações, o senhor tem aqui zero, pouco, zero de pagamentos. Acho que é zero mesmo. Oiça, aqui está. Aqui está. Como é que o senhor não quer que eu lhe chame mentiroso? Diga-me como. Sr. presidente da câmara, eu sou verdadeiro e continuarei a sê-lo até que a voz me doa. E Vossa Excelência mais uma vez mentiu. Tinha dinheiro para tudo, mas os dez mil euros para a Associação da Aguieira não tem. Vai pagar em duas vezes. Vai pagar quando assinar o protocolo e vai pagar quando Vossa Excelência tiver dinheiro. Mas o mais grave, Sr. presidente da câmara – mas o mais grave – é que Vossa Excelência com esta figura da ratificação quis entalar-nos porque o senhor sabe que nenhum de nós votaria contra a ratificação. Mas o senhor quis fazer política, quis politizar as associações, que é o seu *modus operandi*, é politizar as associações e nomeadamente a da Aguieira. Sr. presidente, tenha um bocadinho de vergonha e cautela nesta matéria, que não é assim que se trata disso, porque Vossa Excelência, a reunião foi aprovada a três de Julho, três do sete, e hoje podíamos ter aprovado isto sem Vossa Excelência ter usado a ratificação. Então, por que é que não usou a ratificação há um ano atrás, exactamente no ponto anterior, para pagar as refeições das nossas



Reunião de 12/07/2017

criancinhas? Emanou um comunicado pago pelo dinheiro dos impostos de todos os munícipes deste concelho. Por que é que não fez isso? Por que é que agora vem fazer uma ratificação para dar um subsídio a uma associação que pode esperar um mês ou dois? Por que é que fez? Isso, Sr. presidente da câmara, tem que explicar ao órgão, tem que explicar às pessoas. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. vereador, fale um bocadinho mais baixo, se faz favor.
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Peço-lhe desculpa. Peço desculpa. Mas explique. Mas explique, Sr. presidente da câmara. Explique. Por que é que o senhor fez, usou aqui a figura da ratificação em três dias de diferença? Explique, Sr. presidente da câmara. Explique-se aqui que é para eu saber, para sermos sérios nesta matéria. Explique, por favor. Não se cale. Não se remeta ao silêncio. Não se esconda. Não atire a pedra e fuja para trás de um arbusto. Explique aqui por que é que fez esta figura da ratificação. Acho que as pessoas que estão ali sentadas, o senhor ainda há bocado se virou para elas, também lhes deve esse respeito, deve essa consideração. Tem que explicar por que é que fez esta figura. Explique. À margem da lei. Pois, pois. Está a ver aí como lhe fogem as coisas? ---
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Respeite a direção da reunião, faz favor. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já respeitei, já respeitei.
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta de aditamento ao protocolo celebrado em 29/12/2016, entre o Município de Nelas e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Aguieira, atrás descrita, que inclui um apoio financeiro no valor de 10.000,00 euros, conforme deliberação da Câmara Municipal de 03/07/2017. -----

5 – DIVERSOS

(297/2017/07/12)5.1.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: RUI MIGUEL GONÇALVES DOS SANTOS E ANA PAULA MADEIRA TREPADO – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Rui Miguel Gonçalves dos Santos e Ana Paula Madeira Trepado, solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Ana Marta Trepado dos Santos, no dia 10 de junho de 2017. -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Rui Miguel Gonçalves dos Santos e Ana Paula Madeira Trepado, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Ana Marta Trepado dos Santos, no dia 10 de junho de 2017. -----

(298/2017/07/12)5.2.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: EDUARDO MARQUES ALMEIDA E CIDÁLIA MARIA PEIXOTO FIGUEIREDO ALMEIDA – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Eduardo Marques Almeida e Cidália Maria Peixoto Figueiredo Almeida, solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Maria Figueiredo Almeida, no dia 26 de março de 2017. -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Eduardo Marques Almeida e Cidália Maria Peixoto Figueiredo Almeida, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Maria Figueiredo Almeida, no dia 26 de março de 2017. -----



Reunião de 12/07/2017

(299/2017/07/12)5.3.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: DANIEL JOSÉ DA SILVA AUGUSTO E ELISABETE MARIA DA SILVA PINA – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Daniel José da Silva Augusto e Elisabete Maria da Silva Pina, solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Lucas Daniel Pina Augusto, no dia 30 de maio de 2017. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Daniel José da Silva Augusto e Elisabete Maria da Silva Pina, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Lucas Daniel Pina Augusto, no dia 30 de maio de 2017. ---

6 – CONTABILIDADE

(300/2017/07/12)6.1.MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 12 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 12, DO ANO DE 2017 – RATIFICAÇÃO

---- Presente a modificação ao Orçamento Municipal n.º 12 e às Grandes Opções do Plano n.º 12, para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Relativamente à modificação orçamental do ponto 6.2, ela não foi feita e, portanto, não foi enviado aos Srs. vereadores qualquer papel. É retirado da ordem do dia. Relativamente à modificação do ponto 6.1, a justificação para a modificação tem a ver com a intervenção e caminhos agrícolas e florestais identificados em reunião do Conselho Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, particularmente a necessidade de reforçarmos a abertura de caminhos e limpeza na zona da Movecho/Cagunça, das Fontanheiras/Casal Sancho, Fontanheiras/Casal Sancho até à curva da ferradura, Casal Sancho/Mangualde, Aguieira/Póvoa de Santo António, Vale de Madeiros/Lapa do Lobo, envolvente da Quinta, uma quinta que existe, perímetro em volta das habitações nas Caldas da Felgueira. Isto é uma justificação para o reforço das verbas em outros serviços de trinta e cinco mil setecentos e vinte e cinco euros. Além disto é também a informação, aquisição de serviços de limpeza, execução de faixas de protecção de incêndios florestais em volta de aglomerados urbanos industriais e execução de faixas de combustíveis nas estradas e caminhos municipais, mercê, de facto, da necessidade urgente de se realizar a limpeza das zonas industriais dos caminhos agrícolas e florestais. Eu pedia aos serviços para reforçarem a alteração orçamental, para reforçarem em trinta e cinco mil euros a necessidade de limpeza de caminhos agrícolas e florestais, zonas industriais e a malha urbana, por contrapartida trinta e três mil cento e oitenta e cinco euros que resulta da libertação da redução de uma candidatura de produtos turísticos na CIM que está inscrita pelo valor de quarenta mil euros e que, portanto, foi aprovada pela CIM Viseu Dão Lafões, e, portanto, permite uma redução de trinta e três mil cento e oitenta e cinco e, portanto, porque na altura foi inscrita pela totalidade porque nós tínhamos que garantir que a CIM podia avançar com a candidatura, mesmo sem a aprovação da CCDR e já está aprovado e, portanto, permite esta redução de trinta e três mil cento e oitenta e cinco, que eu dei instruções, dada a urgência da necessidade da limpeza da malha urbana junto às habitações, zonas industriais, terrenos da câmara, toda essa envolvente – reforço de caminhos, abertura de caminhos -- dei indicações que se passassem os trinta e três mil cento e oitenta e cinco, mais dois mil quinhentos e quarenta da questão da adesão às Termas de Portugal, que acho que não é possível no quadro legal que estamos, depois a Dr.^a



Reunião de 12/07/2017

Célia pode explicar isto, e que passasse para trinta e cinco mil e, portanto, o reforço é trinta e cinco mil setecentos e vinte e cinco. Relativamente às modificações das Grandes Opções do Plano, foi apenas, portanto, a modificação é zero, foi apenas uma reorientação dos cinquenta e quatro mil com um reforço no cemitério do Folhadal, que é necessário reforçar com novecentos e oitenta euros, e retirada dos outros cemitérios e, portanto, mantém-se na mesma nesta rubrica da construção, do início de construção de muros de cemitérios de cinquenta e quatro mil euros. Algum dos Srs. vereadores quer usar da palavra relativamente a isto? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu quero. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Faz favor, Sr. vereador Adelino. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria pedir duas coisas. Primeiro que me fosse facultado, penso que isto terá sido feito por despacho, esta modificação, portanto, eu queria ver, queria uma cópia do despacho e queria que me fossem mostradas evidências de que, de facto, esta verba foi afectada a esses serviços e depois, de seguida, pediria um intervalo para analisar esses documentos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Dra. Célia, tem aqui. Faculte cópia a todos os Srs. vereadores. E está feito um intervalo de cinco minutos. Muito obrigado. -----

---- **Foi feito um intervalo de cinco minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião,** o Senhor Presidente afirmou: Relativamente a esta questão, algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente à modificação orçamental que foi feita, que já foi feita por mim, a modificação, pelas razões de urgência na limpeza do meio urbano.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Isso não é verdade. Isso são facturas que o Senhor tinha aqui para pagar, serviços que tinha aqui para pagar, Sr. presidente. O Rui disse-me isso. Seja verdadeiro, Sr. presidente. Por isso, vou votar contra. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: Foram contratados serviços externos, de facto o Rui Ferreira, foi também contratado o Sr. Mário, de Canas de Senhorim e também foi requisitado, foi fornecida ontem à câmara municipal uma *bulldozer*, uma outra *bulldozer*, além da *bulldozer* municipal, para abrir caminhos agrícolas e florestais naqueles que foram identificados como necessitados de intervenção. Quem é que se quer pronunciar relativamente a isto? Adelino? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu queria, Sr. presidente, também. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mais algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente à alteração orçamental? Sr. vereador Marques, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Ó Sr. presidente, quantas vezes é que eu disse a Vossa Excelência que havia facturas por regularizar e disse-lhe os nomes aqui? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Isso não é verdade. Isso não é verdade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas não é verdade o quê, Sr. presidente? Ligue para o Rui Moreira e ponha em alta voz o Rui Moreira, Rui Ferreira. Não é verdade o quê? O senhor deve-lhe dinheiro. Está a fazer uma forma encapotada de pagar, a ele, ao Mário Tintureiro e ao Mário, da Ecomadeiras. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isso não é verdade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas não é verdade o quê? Se ele diz isso a toda a gente e está preocupado com o problema. Ó Artur ajuda-me aqui,



Reunião de 12/07/2017

que eu posso ser mentiroso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Registe em acta que isso não é verdade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas não é verdade, o quê, ó Artur é verdade, dizem ou não dizem isso? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Se é verdade ou não, eles dizem isso, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor é que é um mentiroso, não são eles. O senhor é que é um mentiroso, não são eles. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu não estou a chamá-lo mentiroso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas estou a chamá-lo eu. O senhor é que é um mentiroso, não são eles. E o senhor agora vem com o procedimento excepcional. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: É contra ou a favor? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Sou contra. Voto contra. Pronto. Está esclarecido, com declaração de voto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Pronto. Muito bem. Sr. vereador Adelino, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Voto contra. Não permito que o lamaçal em que o senhor me atirou, o lamaçal em que o senhor me atirou no início do mandato por causa das facturas, o senhor faz exactamente o mesmo. Está a fazer exactamente o mesmo e felizmente a IGF vai proceder, vai proceder a IGF, Sr. presidente de câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vou-lhe dizer uma coisa, hoje mesmo, e pode constatar isto, Sr. Vereador, hoje mesmo o Rui Ferreira anda a prestar serviço. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu sei, de três ou quatro mil euros para colmatar os que tem aí. Para matar rasto, Sr. presidente da câmara. Eu sei. Já falei com ele. É para matar rasto, Sr. presidente da câmara, ou pensa que não sei? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Hoje mesmo o Rui Ferreira anda a prestar serviço, hoje mesmo o Sr. Mário, o madeireiro, anda a prestar serviço, hoje mesmo a *bulldozer* está a prestar serviço, segundo a indicação que tenho, na encosta do Rio Dão. Portanto, não é para regularizar quaisquer serviços anteriores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Não é o quê? Mas não é o quê? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É para pagar serviços, que eu desafio. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu desafio-o a si. O senhor está aqui a mentir ao órgão mais uma vez. Tenha vergonha. Não minta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Deixe-me falar e fale baixo porque eu oiço bem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor está aqui a fazer uma forma encapotada de resolver um problema. O senhor arrastou, o senhor acusou a Isaura Pedro e acusou o Manuel Marques na IGF. O senhor está a proceder da mesma forma. Tenha vergonha. Assuma, assumo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu desafio os Srs. vereadores a irem confirmar a prestação desses serviços hoje mesmo assim que saírem da reunião de câmara e, portanto, se estão a pôr em causa a efectiva prestação de serviços por parte dos fornecedores, eu desafio-os a ir ver. --



Reunião de 12/07/2017

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: O Senhor tem, ou não tem um processo em tribunal igual por causa de uma motoniveladora? Tem ou não tem, com a mesma empresa? Tem ou não tem? Explique aí. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não sei. É só um bocadinho. Artur, não sei o que é que me estás a chamar. O Rui diz que a câmara lhe deve dinheiro, eu, é só um bocadinho, eu, como presidente de câmara estou a dizer que não. E, então, o que é que queres? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu sei aquilo que ele me disse. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: O que é que queres? Ó Artur, o que é que queres? Votem contra, pá.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eles têm medo de si. Eles têm medo de si porque o senhor ameaça-os. Tenha vergonha. É uma vergonha. Tenha vergonha e assumo. Tenha vergonha. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não é nada. Isto são serviços efectivos. São serviços efectivos. E não fiquem surpreendidos das consequências da não ratificação desta alteração orçamental. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não me ameace. O senhor tem a mania de me ameaçar. Ele tem o rabo entalado. Ele tem o rabo entalado. Ele vem para aqui desafiar-nos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não tenho nada, não tenho nada. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Se me permite, então, eu antecipava já a minha declaração de voto e a minha declaração de voto é, eu vou votar contra por aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, ou seja. -----

----- O Senhor Presidente afirmou: Estão a decorrer serviços de limpeza, Sr. Vereador. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu estou no uso da palavra. ----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu estou a dizer que a consequência da não aprovação disto é a paragem do serviço de limpeza. Eu não vos estou a dizer isto? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Isso, isso. Olhe os tractores a trabalhar. Estão aqui. Olhe. Olhe, sabe o que é que o senhor quer? O que o senhor quer fazer é isso, sabe?

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, façam como entenderem. Vá, façam como entenderem. Não arranje um procedimento formal para justificar a sua liberdade. Os serviços estão a ser feitos. Vão lá confirmá-los. Vão confirmá-los. Vossas Excelências votam a favor ou votam contra. Vá, façam como entenderem, ou abstêm-se. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Contra. Eu voto contra. Vá lá dizer que eu que disse. O Rui Ferreira que venha aqui, o Rui Ferreira que venha aqui dizer na minha frente. Uma vergonha. Fomos acusados de vigaristas por este senhor para a IGF e ele está a fazer o mesmo procedimento. Uma vergonha. Tenha vergonha. O senhor não tem moral para chamar ninguém a atenção. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Prossiga. Peço desculpa. Sr. vereador, prossiga. Vá, vamos lá. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não. Eu sabia que isto ia acontecer, Artur. Eu sabia que isto ia acontecer. Até perguntei ao Rui Ferreira. Até perguntei ao Rui Ferreira. -----



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Portanto, tendo em conta aquilo que o Sr. presidente de câmara acaba de dizer, que a não aprovação teria implicações, sem dizer quais. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É a paragem dos serviços, a paragem da limpeza imediatamente. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não. Isso, o senhor disse depois. Isso disse depois. Isso foi depois.-----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não. É isso mesmo. Pois tem, porque os serviços estão a ser realizados. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O senhor depois veio emendar, veio emendar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. vereador, não seja demagogo. É verdade isto, é verdade isto. O senhor vote contra que hoje. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O seu tom de ameaça velada, o seu tom de chantagem.-----

---- O Senhor Presidente afirmou: O povo vai saber que vocês votaram contra a limpeza urbana, todos. Ai, pois vai. E paro imediatamente a limpeza urbana e faço um comunicado, ficam já todos a saber, porque a limpeza está a ser feita, os Srs. vereadores vão confirmar a limpeza. O Mário anda a limpar, o Mário anda a limpar, o Rui anda a limpar, a *bulldozer* está na encosta do Dão. Pois andaram, por despacho meu, ok? E, portanto, andam a limpar e eu acho, desculpem lá, eu acho uma coisa lamentável que um presidente de câmara não possa prover à limpeza urbana numa época de fogos. Acho lamentável, lamentável. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não é isso que estamos aqui a discutir. Não é isso que estamos aqui a discutir. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isso é mentira, o que o senhor está a dizer. Vá ver o Rui Ferreira. Anda a limpar hoje. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Traga-o. O Rui disse para mim que o senhor deve-lhe. -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Mas isso é mentira. É mentira. Isso é mentira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Então, o homem é mentiroso, quer ver agora. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É mentiroso. é mentiroso, está bem? Olhe, eu quero, não, não devo dinheiro a ninguém, eu quero avançar, eu quero avançar com a discussão deste ponto. Vossas Excelências votem em consciência. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu voto contra, já lhe disse. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Com a consciência e a noção das consequências da deliberação que estão a fazer. Eu vou-vos dizer mais. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Votamos contra e somos culpados. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu vou-vos dizer mais, a despesa, grande parte da despesa que aqui está, está a ser realizada, e vocês vão confirmar isso e mais, é uma alteração de uma poupança na aprovação de uma candidatura da CIM-Viseu-Dão-Lafões de trinta e três mil euros que o presidente de câmara quer passar para limpeza urbana. O que é que têm contra, o



Reunião de 12/07/2017

que é que têm contra a limpeza urbana, já agora e contra a prevenção dos fogos florestais? Está bem. Vote lá contra que vai ver. Vá. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor é uma vergonha. Eu também tenho testemunhas conforme o Rui diz para mim “Não tens testemunhas?” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está bem. Olhe, vá para tribunal. Vá fazer uma queixa à IGF. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já fiz. Ou esqueceu-se? Esqueceu-se que é arguido? Esqueceu-se?

---- O Senhor Presidente afirmou: Vá, faz favor. Ai, credo. Vá, vamos embora. Sr. vereador Adelino, peço perdão. Não esteja a arranjar argumentos formais para justificar porque é mentira. Isso que está a dizer é mentira. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Mas está-me a falar nesse tom, porquê?. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não arranje argumentos formais. Ó meu amigo, não arranje argumentos formais. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: O senhor aqui é inquisidor?

---- O Senhor Presidente respondeu: Isso é o senhor. Vá, toca a avançar.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: O senhor é inquisidor? Está-me a falar nesse tom, porquê? Mas pensa que mete medo? Mas pensa que mete medo a quem?

---- O Senhor Presidente afirmou: Faz favor de avançar, não é tom de inquisidor. É que vocês quando têm dificuldade em votar alguma coisa arranjam um procedimento formal qualquer. Pois está. E sou eu também. Vá, vamos embora. Vamos embora. Vá, faz favor de prosseguir.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Portanto, o primeiro ponto. não me deixou concluir, mas penso que ficou a ideia de que a ameaça velada e o tom de chantagem que o senhor usou na intervenção, na introdução deste assunto justifica – justifica só por si – o voto contra, mas eu quando pedi para ser informado do destino destes serviços, com toda a franqueza, esperaria que me fosse entregue uma lista dos caminhos que iam ser limpos ou que estavam a ser limpos ou que já foram limpos, porque a mim não me choca rigorosamente nada ratificar aqui uma coisa de uma obra que já tenha sido feita imediatamente antes, desde que me diga “Olhe, este foi o caminho tal, o caminho tal, o caminho tal.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Sr. vereador, mas está aí. Mas estão aí as informações.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não. Não está não, Sr. Dr. Não. O que está aqui é serviço de cem horas a quarenta e cinco euros, serviço de cem horas a quarenta e cinco euros. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu trago-lhe os mapas na próxima reunião. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não. Tem que ser antes. Tem que ser antes. Tem que ser antes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Tem que ser antes. -----

--- O Senhor Presidente afirmou: Está bem. Vá. -----

--- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Serviço de duzentas e cinquenta horas a quarenta e cinco euros, serviço de duzentas e cinquenta horas a quarenta e cinco euros, serviço de cento e vinte e cinco horas a sessenta euros, portanto, isto não é. Ó pá,



Reunião de 12/07/2017

desculpa lá, com toda a franqueza, eu até aceito que o procedimento legal e correcto seja esse, mas a mim não me satisfaz. Porque vir aqui dizer “Não, não. Temos que limpar os caminhos todos e as faixas de protecção em volta dos conglomerados urbanos”, está tudo muito bem e tem o meu total apoio e compreensão. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É preciso meios para isso. É preciso meios financeiros para fazer isso e o senhor quer-me privar dos meios financeiros para o fazer. Isso é um discurso demagogo muito bonito. Mas depois para pagar ao Rui Ferreira, para pagar ao Mário Madeireiro, para pagar a máquina de rastos é preciso dinheiro. Percebe? Ó Sr. vereador, é preciso dinheiro para limpar. Dinheiro para proteger as populações do concelho, dinheiro. ----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Mas o senhor é inquisidor? O senhor é inquisidor? O senhor é inquisidor? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O senhor não seja demagogo. O senhor é demagogo e irresponsável. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Veja lá o tom em que está a falar. Veja lá o tom e a forma como está a falar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vocês são todos irresponsáveis que não querem que o presidente de câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor é um aldrabão e um mentiroso. Irresponsável, o quê? O senhor é um mentiroso. O senhor é um mentiroso. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador Adelino, e o dinheiro para limpar os caminhos? E as obras de requalificação em frente aos Fornos Elétricos? E as obras industriais? E dinheiro para isso? Vocês são é uns demagogos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois somos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: E vocês, aqui no concelho, não sabem o que é que se tem feito. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Mas para o multibanco há dinheiro. Trinta mil euros para o multibanco, há dinheiro. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas olhe, a questão do multibanco está na revisão orçamental, está nas alterações orçamentais que vocês votaram. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: São as prioridades que o senhor faz. Mas eu quero falar quando me der a palavra. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A questão aqui é muito simples. Meus queridos amigos, o presidente de câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: É a maneira como o senhor expõe as coisas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O presidente de câmara fez uma alteração orçamental de urgência. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: O Sr. presidente de câmara faz aquilo que lhe apetece, mesmo quando não pode. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: de urgência da limpeza e prevenção de incêndios e Vossas Excelências votam a favor contra, eu assumo a minha responsabilidade e a consequência é esta, não aprovam a ratificação da alteração orçamental e eu vou comunicar ao povo que paro imediatamente a limpeza urbana e a responsabilidade é vossa, não é minha. É vossa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas comunique já hoje



Reunião de 12/07/2017

com um megafone, com um megafone. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É vossa, não é minha. Ou pensam o quê. Portanto, sejam responsáveis, pá. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sabe quem é que fica a arder? É o Rui Ferreira a quem o senhor não paga, é o Rui Ferreira. O senhor está entalado até às orelhas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: É dia doze de Julho. Já arderam mais de cem mil hectares em Portugal. É dia doze de Junho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está livre. Já dei as intervenções todas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Já? Eu quero falar. Eu quero falar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Basta o Senhor Vereador dar uma volta, mesmo em Canas de Senhorim, basta o Senhor Vereador dar uma volta em Canas de Senhorim e ver o terreno da ETAR que está limpa, a mata do Cônsul, tudo limpo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Agora interrompo eu. Eu quero falar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não é verdade? Ai, vocês não querem é votar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já lhe disse que voto contra. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Vai fugir, é isso? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges respondeu: Ó Sr. presidente, fugir? O senhor hoje já fugiu duas vezes. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Três, três. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não. Estava a ser insultado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Estava a ser insultado? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Mas não fui eu que o insultei. O senhor permite-me? E olhe, e não vou dizer o que vou fazer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É mentira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: E o Artur? É tudo mentira? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: É, sim senhor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: A mim não me pediu directamente. Pediu por intermédio. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eh pá, o senhor, de facto, tem uma lata. Sinceramente. Isto, de facto, é impossível. Toda a gente sabe que o Rui andou aí, não legalizou nada. Aliás, tenho *e-mails*, dois ou três e agora vem fazer um procedimento excepcional para resolver uma coisa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está o despacho. Se é contra o despacho, impugne o despacho do presidente de câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Isso é o que o senhor quer. Não sou como o senhor. Meteu a câmara em tribunal e depois perdeu e levou uma malha. O senhor leva malhas em todo o lado. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Não está aí um despacho? Então, impugne. -----



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Ó Sr. presidente, eu tenho que me ir embora. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Também eu. Eu também tenho que me ir embora. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Queria votar e queria falar. -

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É o que o senhor quer, não é? Quer, não quer? Vá ler. Vá lá ler. Vá lá ler. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Deixe-se lá disso. Ó Sr. vereador, não diga essas coisas.

Não diga essas coisas sem prova nenhuma. Vá. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mostre-me as facturas dos processos que o Senhor mete. Mostre as facturas. Mostre as facturas agora e do IVA. Mostre. As facturas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Já sabemos que vai cotar contra, Sr. vereador. Vá, mais alguma coisa? Mais alguma coisa? Já sabemos que vai votar contra. Mais alguma coisa para dizer, além disso? Vamos embora. Eu também tenho que, tens que sair ao meio-dia? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: Eu já devia ter saído. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu ao meio-dia e meia tenho que interromper a reunião porque tenho uma visita de um Secretário de Estado hoje e ao meio-dia e meia tenho que interromper a reunião, está bem, se ela não acabar entretanto. Faz favor, Sr. vereador. Prometo que não, seja breve. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Posso ir buscar o Rui e as pessoas para verem isto? É uma vergonha. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Prometo que não interrompo, está bem? Faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu vou tentar retomar o que estava a dizer, depois de duas ou três interrupções. Eu não consigo entender qual é que é a justificação para essas interrupções terem ocorrido, a menos que haja aqui alguma intenção para não se ouvir a opinião dos vereadores, como aconteceu já noutras circunstâncias, mas eu faço questão de tentar retomar o fio da meada. O terceiro ponto que eu queria referir neste processo é exactamente, depois das acusações graves que se ouviram aqui nesta mesa, eu naturalmente não iria votar favoravelmente isto num clima de suspeição quanto à legalidade destas operações, portanto, essa seria uma terceira razão para não votar favoravelmente porque, de facto, foram levantadas aqui suspeições graves de irregularidades processuais e a câmara, ao aprovar isto, seria conivente com a limpeza dessas irregularidades. Por último, a quarta questão: Nós tivemos uma reunião extraordinária, penso que na segunda-feira da semana passada, salvo erro, não foi, portanto, talvez nessa altura fosse oportuno o Sr. presidente de câmara ter trazido este assunto para ser deliberado em conformidade, tanto mais que já há algum tempo atrás a câmara mostrou, de facto, a sua indisponibilidade para lhe viabilizar as ratificações, modificações do orçamento, portanto, não me parece, com toda a franqueza, que este assunto pudesse ser classificado como um assunto de urgência grave, não do ponto de vista do serviço – não do ponto de vista do serviço – mas do ponto de vista em que, que presidente de câmara é que nós temos, que só se lembra de limpar os caminhos em meados do mês de Julho? Que presidente de câmara, que protecção civil é que nós temos que só se lembra de limpar à volta dos aglomerados urbanos em meados do mês de Julho, quando a época de incêndios já está no seu pleno? E não venha cá com tretas de urgências. Isto não é urgência na medida em que isto deveria estar previsto. E julgo que no orçamento deste ano



Reunião de 12/07/2017

havia verbas para estes serviços, portanto, não me venha cá com tretas, que isto foi um imprevisto e teve que ser respondido de imediato. Então, que presidente de câmara é este que não se lembra que em Junho e em Julho também há incêndios e também há risco de incêndios e também há matos e também há caminhos para limpar? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isto é um reforço, Sr. vereador. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Qual é a deliberação para o reforço? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: É é por isso, Sr. presidente de câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vota contra. Muito bem. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: E é por isso que eu voto contra esta modificação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Vamos. Sr. vereador Alexandre, faz favor. Também rapidamente, a ver se acabamos a reunião. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Ó Sr. presidente, eu sou o mais sintético de todos os vereadores. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Faz favor. Sim senhor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não tem razões de queixa relativamente a isso. Eu primeiro gostava de lhe perguntar, esses trinta e três mil cento e oitenta e cinco que nós tiramos de associações de municípios vão ficar em dívida ou o orçamento foi feito com? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Foi feito pela totalidade, cem por cento, e a CCDR vai pagar oitenta e cinco por cento do valor que nós orçamentámos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Mas tem a ver com uma candidatura? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: É da candidatura de produtos turísticos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Ok. Pronto. Essa era a minha primeira questão. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, mas há ali documentos. Se precisar a Dra. Célia fornece os documentos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não, não. Estou esclarecido. Essa era a minha primeira questão. A minha segunda questão tem a ver com aquilo que o Sr. presidente disse, e tem a ver até porque o Sr. presidente está aqui a defender algumas coisas que até podem ser ilegais. Eu gostava de lhe perguntar, o Sr. presidente quer fazer limpeza de caminhos e limpeza urbana. Eu gostava de saber, ao abrigo de que lei é que nós fazemos a limpeza urbana para prevenção de fogos florestais? Porque aquilo que a lei que habilita as câmaras municipais a fazer isso, o que diz é terrenos rurais e florestais e os espaços urbanos confinantes com estes e também diz que a responsabilidade da limpeza não é da câmara municipal, mas dos proprietários dos terrenos e, portanto, se é dos proprietários dos terrenos e se os proprietários não limparem até dia quinze de Abril, deve a câmara ou pode a câmara fazer essa limpeza, mas deve sempre, tem a faculdade de pedir o ressarcimento do custo e, portanto, como nós já estamos no dia doze de Maio e, portanto, Abril, Julho. Obrigado. Com essa conversa, tudo o resto que eu possa dizer realmente não tem muito sentido. Mas doze de Julho, nós já passámos, salvo erro, três meses e, portanto, deve haver aí



Reunião de 12/07/2017

um conjunto de procedimentos a pedir aos proprietários que não limpam e que a câmara limpou, porque é um reforço, o senhor acabou de dizer isso, deve haver aí um conjunto de coisas para nós recebermos dinheiro pelo pagamento. Até porque, Sr. presidente, eu tenho visto algumas limpezas que nem sequer deviam ser feitas pela câmara, porque o risco de incêndio nesses sítios não faz grande sentido. Mas há outra questão. No dia de hoje a lei prevê que não se podem fazer, por exemplo, as tais limpezas que o senhor anda a fazer, porque o risco de incêndio, de produção dessa limpeza, portanto, a lei impede, impede isso. Quando o risco é muito elevado, ao máximo, não podemos andar a fazer esse tipo de coisas. Aliás, há um incêndio que é frequentemente descrito, de uma pessoa que trabalhava no Instituto de Conservação da Natureza e Florestas que provocou um incêndio em Famalicão da Serra e que provocou a morte a um bombeiro de Famalicão da Serra e a mais cinco chilenos e foi uma capinadeira e, portanto, eu não estou a perceber o que é que nós estamos aqui a aprovar. É que eu, além do mais, não posso aprovar uma coisa destas por todas as razões que disse. Primeiro porque eu não tenho evidências de que aquilo que já foi feito, a câmara já desencadeou os procedimentos para se ver ressarcida do trabalho que fez. Nunca vi nada aqui e, portanto, esse dinheiro, com certeza serviria para fazer mais coisas. Quando nós andamos a limpar terrenos e depois não pedimos o ressarcimento, eu até posso dizer que nós estamos a comprar votos. Eu até posso pensar isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É isso mesmo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: E depois, como lhe digo, dentro do período crítico, eu não posso fazer esse tipo de limpezas. Não posso. Não posso, porque posso estar a provocar risco de incêndio e é o senhor que depois vai ter que responder ou eu, se votar e, portanto, eu não vou votar favoravelmente isso pelas razões que aqui agora invoquei. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Artur Jorge, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado, Sr. presidente. Em relação a este ponto, eu queria dizer só o seguinte, eu acho que não é a melhor forma, como noutros pontos já disse ao Sr. presidente, quer aqui, quer particularmente, começar uma conversa quase coagindo os vereadores para nós votarmos favoravelmente ou bem aquilo que é para votar, mas não é por causa disso que eu deixaria de fazer a votação, que nem ideia tinha, apesar de concordar no essencial do que disse o, não tão especificamente daquilo que ele disse, que eu não conhecia, o vereador Alexandre. O que eu digo é o seguinte: foi-me dito que realmente o Rui Ferreira, que havia valores que ele tinha que receber porque tinha sido feito o serviço. Foi o que me disseram. E o Sr. presidente disse assim “estamos contra o serviço prestado.” Eu não estou contra o serviço prestado. O Sr. presidente é que esteve contra o serviço prestado e continua contra os serviços prestados que foram feitos no final do mandato anterior. Eu não estou contra isso. E ao contrário do vereador Adelino, se houver esta deliberação aqui, eu acho que fica sanada a situação. Eu acho que fica sanada a situação. E por esse motivo, a minha ideia no início e para já e continuo, por isso mesmo, por aquilo que o Sr. presidente disse, ao contrário do que o Sr. presidente disse, não é por, e eu compreendo o vereador Adelino e os outros e a minha intenção era isso, era dizer assim “Então, se é assim, vamos fazer aqui mais um braço de ferro, vamos todos embora da reunião, andamos três ou quatro reuniões, chumbamos isto e chumbamos aquilo e quem fica tramado é o Rui Ferreira, a Fozvias que não conheço, é o Mário, é essas pessoas todas.” E essas pessoas



Reunião de 12/07/2017

todas podiam dar de comer aos filhos e aos empregados e a outras pessoas quaisquer que lá andam. Isso é que me chateia, Sr. presidente. E não estou aqui a fazer demagogia nenhuma. O meu pensamento sempre foi esse. Agora continuo a dizer, Sr. presidente, acho que é muito mau nós começarmos por dizer que “Eu vou cá para fora fazer mais um comunicado ou fazer isto ou fazer...”, acho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Pode contar com isso, Artur. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Mas pode fazer quantos quiser. Não é por causa disso que eu vou votar favoravelmente ou contra. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então, vá, vamos embora à votação. Já está percebido, ok?

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não é isso que está aqui em causa. O que está em causa é sermos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Modificações ao orçamento. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não Deixe-me só acabar, Sr. Presidente. Também tenho que me ir embora. É sermos verdadeiros. É que o Sr. presidente diz que ele é mentiroso. É assim. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Desculpa lá, queres que reafirme isso? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Pronto, já disse e ele diz isso. Agora o que eu quero, sabe o que é que eu quero, Sr. presidente? Eu quero é resolver a situação do homem porque realmente ele está. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não é a situação do homem. Isto é o concelho. É a limpeza urbana. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Amaral, dois votos a favor, do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente, e uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ferreira, reprovou a ratificação da modificação ao Orçamento Municipal n.º 12 e às Grandes Opções do Plano n.º 12, para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Eu voto contra a alteração orçamental porquanto esta alteração orçamental não é mais do que uma forma encapotada para resolver serviços prestados há mais de um ano sem procedimentos. Fomos, no início do mandato, crucificados por isso. Os fornecedores têm de ser pagos pelos serviços prestados. Desafio o presidente da câmara, determine a abertura de um procedimento para realizar os serviços prestados ao Rui Ferreira, à Ecomadeiras e ao Mário Tintureiro. É uma questão de justiça para com os outros fornecedores que em dois mil e treze foram denunciados pelo mesmo presidente da câmara à IGF. É uma questão de igualdade. O Sr. presidente da câmara procedeu, ou está a proceder pior que aqueles, que nós procedemos em dois mil e treze. Tenha vergonha. Pague a todos. Aí, conte com o meu voto. --

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Voto contra hoje, dia doze de Julho de dois mil e dezassete, dentro do período crítico estabelecido por portaria do Ministério da Agricultura e da Administração Interna porquanto as justificações apresentadas têm a ver com limpeza urbana, coisa que não está prevista no Decreto-Lei 124/2006, coisa que deve ser feita por proprietários e não pela câmara municipal, coisa que a ser feita pela câmara municipal, deve ser solicitado o ressarcimento das despesas até ao momento feitas. Voto contra porque o Sr. presidente disse que era um reforço dos trabalhos até agora efectuados e, portanto, essa questão do ressarcimento impõe-se quando há



Reunião de 12/07/2017

dificuldades financeiras na autarquia e voto contra porque dentro do período crítico e quando o risco de incêndio é elevado, é completamente desadequado tecnicamente, fazer limpezas porquanto essas limpezas, elas próprias, podem provocar os incêndios que pretendem combater. -----

6.2.MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 13 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 13, DO ANO DE 2017 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Assunto retirado da Ordem de Trabalhos. -----

---- **Retirou-se da reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira.** -----

6.3.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – JUNHO DE 2017 – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou: Pagamento de facturação diversa. Conhecimento. Relativamente a esta questão da facturação diversa quem quer? Faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente da câmara, vejo agora aqui por que é que a Tom Dela Rádio lhe dá aquelas coberturas das suas mentiras, da sua megalomania, dos projectos dos milhões que está aqui a pagar. Não percebo por que é que o senhor nas maratonas de leitura mais uma vez, cinco mil euros e temos ali pessoas por cinco mil euros não resolvem os problemas, ou seis mil. Sr. presidente, isto, de facto, mostra, mais aqui o plástico do Dão, que a Sra. vereadora prometeu trazer aqui a este órgão as despesas do rally, até hoje, já lá vão três ou quatro meses, não traz. Vossa Excelência fez esta casa sua. Vossa Excelência fez esta casa, a sua forma de gerir, sem dar cavaco a ninguém. Por isso, Sr. presidente da câmara, eu sinto-me cada vez mais, como o senhor dizia, o senhor dizia em dois mil e treze que a mentira era como nós trabalhávamos e operávamos, eu sinto-me cada vez mais envergonhado com as aldrabices que o senhor aqui põe nesta casa. Envergonhado. E digo-lhe uma coisa, Sr. presidente da câmara, só não me vou já embora, demitir-me, porque quero levar o mandato até ao fim e quero desmascará-lo com verdade, as suas manigâncias, os seus atropelos à lei e os atropelos à gestão desta casa municipal, desta câmara municipal. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de junho de 2017, no total de 1.248.958,81 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil novecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e um cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 42.116,79 euros (quarenta e dois mil cento e dezasseis euros e setenta e nove cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. ----

6.4.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, RELATIVA AO DIA 31 DE MAIO DE 2017 – CONHECIMENTO

---- Presentes os documentos referentes à Execução Orçamental da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, à data de 31 de maio de 2017, os quais ficam anexos a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a isso? Faz favor. Sr. Vereador. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Muito rapidamente, até porque não quero estar aqui a maçar os Srs. vereadores e as outras pessoas com leitura de números, mas só dizer duas coisas. A primeira, eu e o vereador Alexandre Borges, subscrevemos aí um



Reunião de 12/07/2017

escrito em relação, que falava na questão dos subsídios, do pagamento dos subsídios e no seu enquadramento no orçamento e na necessidade de reforço do orçamento. Ora bem, o orçamento de dois mil e dezassete e eu falo nisto porque essa avaliação foi feita em relação a trinta de Abril e entretanto foi disponibilizado hoje, para a reunião de hoje, os valores de trinta e um de Maio e, portanto, aquilo que foi dito nesse escrito, basicamente mantém-se, ou seja, os subsídios para instituições sem fins lucrativos, despesa corrente, tinha duzentos e trinta e três mil euros orçamentados e apenas foram pagos cento e cinquenta e cinco, portanto, há aqui ainda uma folga de oitenta mil euros basicamente. E para subsídios a instituições sem fins lucrativos, despesas de capital, ora, onde é que isso está, tinha orçamentado duzentos e quarenta e três mil euros e apenas foram pagos vinte e sete mil euros, portanto, aqui haveria uma folga de duzentos e dezassete ou duzentos e dezasseis mil euros, portanto, o que comprova, de facto, todas as reservas que foram colocadas à aprovação de contas e da necessidade invocada de reforçar estas verbas de subsídios porque elas ainda têm, embora alguns subsídios estejam aprovados e cabimentados, mas falta a melhor parte, que é fazer o pagamento, portanto, era essa a nota, digamos, que é o reforço daquilo que foi dito em comunicado e que corresponde à verdade, obviamente, com a agravante de que em trinta e um de Maio a situação mantém-se, portanto, no mês de Maio não sei se foi pago algum subsídio ou não, em Junho também não foi, portanto, basicamente aqui o que está em causa é a falta de dinheiro e não a falta de dotação orçamental, portanto, e é essa verdade que o presidente de câmara não quer dizer e que tenta esconder, portanto, o que está aqui em causa é, não a falta de verbas no orçamento, mas sim a falta de dinheiro, meio líquido de pagamento. Depois uma outra nota, e rapidamente, para vermos também os volumes de investimento que estão a ser feitos. Das Grandes Opções do Plano, nós temos uma dotação orçamental de seis milhões cento e treze mil euros, dos quais foram pagos quatrocentos e sessenta e oito mil euros. Portanto, isto será praticamente a meio do ano, o pagamento das obras incluídas nas Grandes Opções do Plano significará pouco mais de sete por cento de grau de execução, o que é, de facto, uma situação, na minha óptica, deveras preocupante, portanto, de seis milhões cento e treze foram pagos apenas quatrocentos e sessenta e oito mil euros, ou seja, cerca de sete por cento do valor previsto para as Grandes Opções do Plano. Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Este homem faliu a câmara, com as festas, com as avenças dele. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos documentos referentes à Execução Orçamental da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, à data de 31 de maio de 2017. -----

(301/2017/07/12)6.5.ABERTURA DE DUAS CONTAS BANCÁRIAS NO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5053, datada de 07 de julho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa, Financeira, de Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Abertura de 2 contas bancárias à ordem – BCP -----*

----- *No sentido de incrementar o movimento bancário no balcão do Millennium-BCP de Nelas, informo V. Ex^a que é necessária a abertura de 2 contas bancárias à ordem, considerando a natureza exclusiva das mesmas, sendo uma para recebimentos/pagamentos de Garantias e Cauções, de Operações Não Orçamentais, e outra, de operações orçamentais,*



Reunião de 12/07/2017

para recebimentos/pagamentos dos valores relativos aos Quadros Comunitários de Apoio, vigorando neste momento o PT2020. -----

---- Estabelece o POCAL, no seu ponto 2.9.10.1.2. que a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta questão? Portanto, é necessário abrir duas contas bancárias no âmbito da gestão normal, financeira da câmara. Faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, há pouco falámos na questão dos multibancos, eu gostava de saber quem é que vai ser a instituição bancária que os vai colocar, se é o BCP. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É o Crédito Agrícola. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: E gostava de perceber, estas duas contas servem para quê? Se isto tem alguma coisa a ver com os rumores de que o balcão do Millennium em Nelas se prepara para fechar e, portanto, queria que, se pudesse, que me desse alguns esclarecimentos relativamente a isto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu estou a ver, Sr. vereador, o que é que eu lhe posso dizer relativamente à relação que teve. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: Não, é só porque estamos no fim do mandato e vamos abrir duas contas. Saber se tem a ver com isso ou não. Só isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Também teve a ver com isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não tenho nada contra. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a abertura de duas contas bancárias no Banco Millennium – BCP, de Nelas, nos termos da informação interna n.º 5053, datada de 07 de julho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa, Financeira, de Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

7 - OBRAS PARTICULARES

7.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

7.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou: Se algum dos Senhores Vereadores tiver alguma questão, façam favor de a colocar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu tinha uma pergunta relativamente à primeira questão. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Qual questão? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Aos requerimentos, em relação aos processos de obras, informações prévias. É uma pergunta muito sincera. Estas licenças são feitas antes da construção iniciar ou depois da construção iniciar? Não se esteja a rir. -----



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Estou-me a rir, porque tenho um caso desses, que ele quis prender-me. Ele quis prender-me por causa de um caso desses. Não se lembra? Foi um caso desses. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Tem mais a ver consigo do que o Sr. presidente. Se calhar, o Sr. presidente não sabe. É a pergunta. Eu só queria que me respondesse a isso, nem vou concretizar, mas as licenças são feitas antes ou depois de a obra começar, ou se há essa prerrogativa, se pode haver essa possibilidade? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Não. Acho que, vamos lá ver, nos casos concretos, naturalmente não posso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não quero concretizar. --

---- O Senhor Presidente afirmou: Não quero em concreto dizer, nenhuma situação. Só vendo o *dossier*, ok? Que são instruídos pelos serviços de obras. Naturalmente um processo de licenciamento administrativo para construção, a obra em rigor, claro, a obra só pode ser feita depois da licença levantada, é evidente. Há situações também em que há construções que já foram feitas. Pode haver processo de contra-ordenação e uma das tentativas que a câmara logo, é para a pessoa vir regularizar a situação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: E prender. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não quero ir por aí. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas genericamente nessa situação, Sr. vereador, é que o processo de contra-ordenação continua e se a pessoa regularizar a situação da obra, que é legalizável. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Mas há um processo de contra-ordenação? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: É, há. Assim a fiscalização faz, e o que é que acontece, o que é que tem acontecido aos processos de contra-ordenação? Se as pessoas vierem legalizar a obra, porque ela é legalizável, há uma admoestação, que é a sanção que temos aplicado genericamente a toda a gente que vem legalizar as obras. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Pronto, mas como não veio aqui, calculo eu que se isto veio à reunião de câmara, as outras coisas também vêm. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Para dar conhecimento, sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Há-de vir uma situação dessas, eu não vou dizer qual é, mas, nem tem nada a ver consigo, antes pelo contrário, deve ter é consigo indiretamente. Eu depois explico. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 22 de junho de 2017 e 05 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -

7.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 22 de junho de 2017 e 05 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----



Reunião de 12/07/2017

7.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 22 de junho de 2017 e 05 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

8 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

8.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído e seis atribuições de números de polícia, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

(302/2017/07/12)8.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VI), fazendo dela parte integrante. -----

(303/2017/07/12)8.3.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LD.^a – APROVAÇÃO -

---- Presente a informação interna n.º 4602, datada de 29 de junho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve:

---- *“Licenciamento Municipal de Publicidade -----*

---- *No seguimento de requerimento com registo de entrada n.º 4137, de 17/05/2017, em que RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA. solicita o licenciamento municipal de um outdoor com as dimensões de 24 m², a colocar pelo período de 6 meses em espaço adjacente à rotunda da Vinha, em Nelas, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas (RMOEPPMN), e de harmonia com deliberação de câmara de 31/05/2017. -----*

---- *A Junta de Freguesia de Nelas emitiu parecer positivo relativamente à pretensão do requerente. -----*

---- *A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento é da Câmara Municipal no âmbito de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal, bem como*



Reunião de 12/07/2017

no âmbito do licenciamento da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei (alínea a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RMOEPPMN). -----

---- O órgão competente decide sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consultas nos termos do artigo 24º do RMOEPPMN. -----

---- Pelo que, queira V.ª Ex.ª despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de câmara, notificando-se a requerente dessa diligência em conformidade como nº 2 do artigo 82º do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento municipal de publicidade, em que é requerente a empresa Resulta – Publicidade Unipessoal, Ld.ª, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4602, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

(304/2017/07/12)8.4.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LD.ª – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4601, datada de 29 de junho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve:

---- “Licenciamento Municipal de Publicidade -----

---- No seguimento de requerimento com registo de entrada nº 4134, de 17/05/2017, em que RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA. solicita o licenciamento municipal de um outdoor com as dimensões de 12 m², a colocar pelo período de 6 meses em espaço adjacente à rotunda da Serra da Estrela, em Nelas, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 24º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas (RMOEPPMN), e de harmonia com deliberação de câmara de 31/05/2017. -----

---- A Junta de Freguesia de Nelas emitiu parecer positivo relativamente à pretensão do requerente. -----

---- A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento é da Câmara Municipal no âmbito de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal, bem como no âmbito do licenciamento da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei (alínea a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RMOEPPMN). -----

---- O órgão competente decide sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consultas nos termos do artigo 24º do RMOEPPMN. -----

---- Pelo que, queira V.ª Ex.ª despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de câmara, notificando-se a requerente dessa diligência em conformidade como nº 2 do artigo 82º do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento municipal de publicidade, em que é requerente a empresa Resulta – Publicidade Unipessoal,



Reunião de 12/07/2017

Ld.^a, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4601, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

(305/2017/07/12)8.5.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LD.^a – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4603, datada de 29 de junho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve:

---- *“Licenciamento Municipal de Publicidade -----*

---- *No seguimento de requerimento com registo de entrada n.º 4134, de 17/05/2017, em que RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA. solicita o licenciamento municipal de um outdoor com as dimensões de 12 m², a colocar pelo período de 6 meses em espaço adjacente à rotunda da Serra da Estrela, em Nelas, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas (RMOEPPMN), e de harmonia com deliberação de câmara de 31/05/2017. -----*

---- *A Junta de Freguesia de Nelas emitiu parecer positivo relativamente à pretensão do requerente. -----*

---- *A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento é da Câmara Municipal no âmbito de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal, bem como no âmbito do licenciamento da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei (alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º do RMOEPPMN). -----*

---- *O órgão competente decide sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consultas nos termos do artigo 24.º do RMOEPPMN. -----*

---- *Pelo que, queira V.^a Ex.^a despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de câmara, notificando-se a requerente dessa diligência em conformidade como n.º 2 do artigo 82.º do Código do Procedimento Administrativo. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento municipal de publicidade, em que é requerente a empresa Resulta – Publicidade Unipessoal, Ld.^a, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4603, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

(306/2017/07/12)8.6.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LD.^a – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4600, datada de 29 de junho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve:

---- *“Licenciamento Municipal de Publicidade -----*

---- *No seguimento de requerimento com registo de entrada n.º 4135, de 17/05/2017, em que RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA. solicita o licenciamento municipal de um outdoor com as dimensões de 24 m², a colocar pelo período de 6 meses em espaço adjacente à rotunda do Millenium, em Nelas, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas (RMOEPPMN), e de harmonia com*



Reunião de 12/07/2017

deliberação de câmara de 31/05/2017. -----
 ---- *A Junta de Freguesia de Nelas emitiu parecer positivo relativamente à pretensão do requerente. -----*

---- *A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento é da Câmara Municipal no âmbito de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal, bem como no âmbito do licenciamento da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei (alínea a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RMOEPPMN). -----*

---- *O órgão competente decide sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consultas nos termos do artigo 24º do RMOEPPMN. -----*

---- *Pelo que, queira V.ª Ex.ª despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de câmara, notificando-se a requerente dessa diligência em conformidade como nº 2 do artigo 82º do Código do Procedimento Administrativo. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- *A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento municipal de publicidade, em que é requerente a empresa Resulta – Publicidade Unipessoal, Ld.ª, nos termos e de acordo com a informação interna nº 4600, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----*

(307/2017/07/12)8.7.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LD.ª – APROVAÇÃO

---- *Presente a informação interna nº 4599, datada de 29 de junho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve:*

---- *“Licenciamento Municipal de Publicidade -----*

---- *No seguimento de requerimento com registo de entrada nº 4140, de 17/05/2017, em que RESULTA – PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA. solicita o licenciamento municipal de 2 (duas) placas indicativas a colocar no início da Av. João XXIII e na Rua Dr. Eurico Amaral ou, e alternativa, um painel /flag a colocar junto ao Posto de Turismo de Nelas, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 24º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas (RMOEPPMN), e de harmonia com deliberação de câmara de 31/05/2017. -----*

---- *A Junta de Freguesia de Nelas emitiu parecer positivo relativamente à colocação de 2 (duas) placas indicativas. -----*

---- *A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento é da Câmara Municipal no âmbito de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal, bem como no âmbito do licenciamento da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei (alínea a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RMOEPPMN).*

O órgão competente decide sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consultas nos termos do artigo 24º do RMOEPPMN. -----

---- *Pelo que, queira V.ª Ex.ª despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de*



Reunião de 12/07/2017

câmara, notificando-se a requerente dessa diligência em conformidade como n.º 2 do artigo 82.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.*” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento municipal de publicidade, em que é requerente a empresa Resulta – Publicidade Unipessoal, Ld.ª, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4599, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

(308/2017/07/12)8.8.COMUNICAÇÃO PRÉVIA – REGIME SIMPLIFICADO – PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE REDE DE INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS – INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES. REQUERENTE: NOS COMUNICAÇÕES, S.A. LOCAL: ALGERÁS – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4693, datada de 04 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Comunicação Prévia – Regime simplificado – Pedido de instalação de rede de infraestrutura de comunicações eletrónicas – Infraestruturas de telecomunicações – Proposta de aprovação – Processo 407224. Registo de entrada: 5470, de 03/07/2017 - Requerente: NOS Comunicações, S.A. Local: Algerás.* -----

---- *1 – Pretensão: A empresa comunica que pretende instalar cabos de telecomunicação, com abertura de vala (77 metros), pelo prazo de 5 dias, no largo de São Domingos / Rua do Poço da Cruz, em Nelas, conforme projeto em anexo.* -----

---- *2 – Apreciação do projeto: (Artigo 19.º da Lei 05/2004, de 10/02, bem como o artigo 7.º do D.L. 123/2009 de 21/05 alterado pelo D.L. 258/2009 de 25/09, conjugado com os artigos 35.º, 36.º e 36.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE));* -----

---- *Enquadramento Legal:* -----

---- *O Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, retificado pela Declaração n.º 43/2009 e objeto de posterior alteração (D. L. n.º 258/2009), estabelece o regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios* -----

---- *Artigo 6.º - Procedimento de controlo prévio de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas:* -----

---- *1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a construção por empresas de comunicações eletrónicas de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, fora do âmbito das operações de loteamento, de urbanização ou edificação, regem-se pelo presente decreto-lei, bem como pelo procedimento de comunicação prévia previsto nos artigos 35.º, 36.º e 36.º-A do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as devidas adaptações, excepcionando-se deste regime:* -----

---- *a) A instalação e funcionamento das infraestruturas sujeitas a autorização municipal nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de Janeiro;* -----



Reunião de 12/07/2017

---- b) *As obras necessárias para evitar situações que ponham em causa a saúde e a segurança públicas, bem como as obras para a reparação de avarias ou resolução de desobstruções.* -----

---- *Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicações eletrónicas perante os municípios*
 ---- *Quando efetuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações eletrónicas ficam obrigadas:* -----

---- a) *À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização coletiva, quando existentes;*

---- b) *À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.* -----

---- *3 - Conclusão: Salvo melhor opinião, não vejo inconveniente na comunicação prévia apresentada, desde que cumpra com o disposto nas peças escritas e desenhadas, bem como quaisquer normas e regulamentos aplicáveis à instalação de equipamentos e sistemas de redes das redes de comunicações eletrónicas.* -----

---- *3.1 - Atendendo à hipótese de durante os trabalhos de abertura da vala poderem-se vir a provocar ruturas nas redes existentes, deverá a empresa comunicante, previamente à sua realização:* -----

---- a) *Deverá a empresa, previamente à sua realização, solicitar a estes serviços vistoria ao local, de forma a informar do cadastro das infraestruturas;* -----

---- b) *Os trabalhos não deverão impedir o trânsito no arruamento, devendo a obra ser devidamente sinalizada, de acordo com o decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro, alterado pelo D.R. n.º 41/2002 de 20 de Agosto;* -----

---- c) *As obras deverão ser devidamente identificadas com painel informativo onde conste o tipo de trabalhos e a empresa responsável pela sua execução;* -----

---- d) *Os tubos em causa deverão ficar alojados dentro de outro de maior diâmetro construído à custa do interessado, nas devidas condições de segurança e com secção que permita substituir canalização sem necessidade de levantar o pavimento.* -----

---- e) *A construção das infraestruturas de alojamento de redes de comunicações eletrónicas deverá respeitar o Manual ITUR (Infraestruturas de Telecomunicações em Loteamentos, Urbanizações e Condomínios) emitido pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações.* -----

---- f) *Deverá informar a G.N.R. de Nelas do início dos trabalhos, para efeitos de auxílio no controlo do trânsito.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.”* -----

---- O Senhor Presidente

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a Comunicação Prévia (Regime simplificado) do pedido de instalação de rede de infraestrutura de comunicações eletrónicas – Infraestruturas de telecomunicações, sita em Algerás, Freguesia e Concelho de Nelas, em que é requerente a empresa NOS – Comunicações, S.A., nos termos da informação interna n.º 4693, datada de 04/07/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

9 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Reunião de 12/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Período do público, rapidamente. Temos que encerrar a reunião dentro de três minutos. Alguém quer usar da palavra? Tem dois minutos, então, Sr. Arlindo. Faz favor. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte afirmou: Ora, um minuto chega para mim. Sr. presidente, mais uma vez bom dia e bom dia a todos os vereadores e público. Tinha aqui duas questõezitas. Aqui há quinze dias o Sr. presidente disse em Canas, num comício, num comício ou numa intervenção, que as ruas da Urgeiriça estavam limpas. Eu convido-o, a quando sair daqui, a ir ver as ruas da Urgeiriça, que já há meses que não passa lá um indivíduo a varrer. Mas eu sei que o Sr. presidente não sabe. São informações que lhe dão a si. Se este ano a Câmara Municipal de Nelas vai novamente manter o mesmo critério do ano passado, ou seja, oferecer os livros gratuitos ao primeiro ciclo? Sobre as muito faladas lombas, desta vez não venho pedir lombas para a Urgeiriça, mas vinha, a pedido de pessoas residentes no Folhadal, a rua principal que vai para as Felgueiras, que as pessoas fazem caminhadas ali e dizem que há muito excesso de velocidade ali e, portanto, necessitava ali de duas lombas ou até sugeriam passadeiras, mas as lombas é o essencial. Muito obrigado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado pela sugestão. Só a informação, Sr. Arlindo, que a limpeza das Minas da Urgeiriça está dada, quer pela junta de freguesia, quer pela câmara, em determinados perímetros, à empresa do Sr. Mário Madeireiro e, portanto, vou, eu estive lá para aí há oito dias e pareceu-me limpo. Relativamente aos livros, consta do Orçamento de Estado para dois mil e dezassete que o governo custeia os livros de todo o primeiro ciclo. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
